



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

RESOLUÇÃO “AD REFERENDUM” Nº 10/2016, DE 25 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de nível médio em Contabilidade, na forma concomitante, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Patrocínio – 2016/1

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, o Estatuto aprovado pela Resolução nº 01/2009, do dia 17/08/2009, publicada no DOU de 21/08/2009 e Decreto Presidencial de 14/12/2015, publicado no DOU de 15/12/2015, Seção 2, página 1 RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar “ad referendum” o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de nível médio em Contabilidade, na forma concomitante, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Avançado Patrocínio – 2016/1, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Uberaba, 25 de janeiro de 2016.

Roberto Gil Rodrigues Almeida
Presidente do CONSUP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

*INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO
MINEIRO - CAMPUS PATROCÍNIO.*

***PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM
CONTABILIDADE
NA FORMA CONCOMITANTE***

**PATROCÍNIO – MG
DEZEMBRO/2015**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

*INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO
MINEIRO - CAMPUS PATROCÍNIO*

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Aloizio Mercadante Oliva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcelo Machado Feres

REITOR
Roberto Gil Rodrigues Almeida

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Luiz Alberto Resende

DIRETOR DO CAMPUS PATROCÍNIO
Flamarion Assis Jerônimo Inácio

COORDENADOR DO CURSO
Guilherme de Freitas Borges

NOSSA MISSÃO

Ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática.

VISÃO DE FUTURO

Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, impulsionando o desenvolvimento tecnológico, científico, humanístico, ambiental, social e cultural, alinhado às regionalidades em que está inserido.

Conteúdo

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	7
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	8
3. ASPECTOS LEGAIS	9
3.1. LEGISLAÇÃO.....	9
3.1.1. Criação.....	9
3.2. LEGISLAÇÃO REFERENTE AO CURSO.....	9
3.3. LEGISLAÇÃO REFERENTE À REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	12
4. BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS	12
5. JUSTIFICATIVA	13
6. OBJETIVOS	15
6.1. GERAL.....	15
6.2. ESPECÍFICOS.....	15
7. PERFIL DO EGRESSO	16
8. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR – IFTM	17
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	19
9.1. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
9.2. FORMAS DE INGRESSO	21
9.3. PERIODICIDADE LETIVA.....	21
9.4. TURNO DE FUNCIONAMENTO, NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS, N.º DE TURMAS E TOTAL DE VAGAS ANUAIS.	21
9.5. PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO DE CARGA HORÁRIA	22
9.6. FLUXOGRAMA.....	22
9.7. MATRIZ CURRICULAR.....	23
MATRIZ CURRICULAR	24
9.8. RESUMO DA CARGA HORÁRIA.....	25
9.9. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA GERAL.....	25
10. UNIDADES CURRICULARES.....	25
MÓDULO I	25
MÓDULO II.....	32
MÓDULO III.....	41
11. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	47
12. ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	48
12.1. ESTÁGIO CURRICULAR.....	48
12.1.1. Obrigatório.....	49
12.1.2. Não Obrigatório.....	50
12.2. Atividades Complementares	50
13. INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	50
13.1. RELAÇÃO COM A PESQUISA	50
13.2. RELAÇÃO COM A EXTENSÃO	51
13.3. RELAÇÃO COM OS OUTROS CURSOS DA INSTITUIÇÃO	51
14. AVALIAÇÃO	51
14.1. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	51
14.2. AUTOAVALIAÇÃO	54
15. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	55
16. ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	56

16.1. HORÁRIOS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	56
16.2. MONITORIA.....	56
16.3. GRUPOS DE ESTUDOS ESPECIAIS	57
16.4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	57
16.5. PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	58
17. COORDENAÇÃO DE CURSO	58
17.1. EQUIPE DE APOIO, ATRIBUIÇÕES E ORGANIZAÇÃO.	60
17.1.1. Colegiado de Curso	60
17.1.2. Estágio	61
17.1.3. Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP	62
17.1.4. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI.....	64
17.1.5 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especificas - NAPNE.....	64
18. CORPO DOCENTE DO CURSO.....	65
19. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	66
19.1. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	66
20. AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO	66
20.1. SALAS: DE AULA/PROFESSORES/AUDITÓRIO/REUNIÃO/GINÁSIO/OUTROS	66
20. 2. BIBLIOTECA	67
20.3. LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL.....	68
21. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS.....	71
22. DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	72
23. REFERÊNCIAS.....	72

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
<i>Campus:</i> Patrocínio
CNPJ: 73.925.414/0001-03
Endereço: Av. Líria Terezinha Lassi Capuano, 255 - Chácara das Rosas.
Cidade: Patrocínio – MG
Telefone: 34 – 3515 2100
Site: http://www.iftm.edu.br/patrocínio
E-mail: tecnicocontabilidade.ptc@iftm.edu.br
Endereço da Reitoria: Av. Doutor Randolfo Borges Júnior, 2900, Univerdecidade, CEP 38064-300, Uberaba-MG.
Telefone da Reitoria: (34) 3326-1100
Site da Reitoria: http://www.iftm.edu.br
Fax da Reitoria: (34) 3326-1101
Mantenedora: Ministério da Educação

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO		
Curso:	Técnico em Contabilidade	
Titulação Conferida:	Técnico em Contabilidade	
Modalidade:	Educação Profissional - Presencial	
Forma	Concomitância externa	
Eixo Tecnológico:	Gestão e Negócios	
Turno de funcionamento:	Noturno	
Integralização	Mínima: 03 semestres	Máxima: 06 semestres
Nº de vagas ofertadas:	30	
Ano da 1ª Oferta:	2010	
<p>Equipe Responsável pela elaboração do projeto</p> <p><i>Alberto de Magalhães Franco Filho</i></p> <p><i>Franciele Marques Peres</i></p> <p><i>Guilherme de Freitas Borges</i></p> <p><i>José Geraldo Fernandes Peres de Souza</i></p> <p><i>Keula Aparecida de Lima Santos</i></p> <p><i>Laila Lidiane da Costa Galvão</i></p> <p><i>Maria Goretti Teresinha dos Anjos e Santos</i></p> <p><i>Rafaela Cardoso Portilho</i></p>		
<p>Data: ____/____/____.</p> <p style="text-align: right;">Diretor do <i>Campus</i> Carimbo e Assinatura</p>		

3. ASPECTOS LEGAIS
3.1. LEGISLAÇÃO
3.1.1. Criação
<p>Portaria nº 054, de 03 de setembro de 2015: Designa servidores para composição da Comissão de Revisão e Alteração do PPC do Curso Técnico em Contabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – <i>Campus Patrocínio</i>.</p>
3.2. LEGISLAÇÃO REFERENTE AO CURSO
<p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 17, de 03 de dezembro de 1997. Institui as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional, Brasília, DF, 03 dez. 1997.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005. Atualiza as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 03, de 10 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.</p> <p>BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e</p>

bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica.

Parecer CNE/CEB nº 07, de 04 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Parecer CNE/CP Nº. 08, de 06 de março de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Parecer CNE/CEB nº. 05, de 04 de maio de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

Portaria MEC nº 23, de 10 de julho 2015. Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes da Rede Federal e dá outras providências.

3.3. LEGISLAÇÃO REFERENTE À REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

BRASIL. Decreto-lei 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade e define as atribuições do contador e do técnico em Contabilidade.

Resolução CFC Nº 803/1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC.

4. BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O IFTM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. (IFTM, 2013)

Em Patrocínio, o IFTM, então *Campus* Avançado, iniciou as suas atividades em 03 de agosto de 2009, com a abertura do curso Técnico em Informática. O *Campus* está localizado na Avenida Líria Terezinha Lassi Capuano, nº 255, Chácara das Rosas, em uma área de três hectares doada pela Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio. Sua sede foi inaugurada em fevereiro de 2010 com o apoio da Prefeitura Municipal. Nesse mesmo ano foram criados os cursos Técnicos em Eletrônica, Contabilidade e Superior de Tecnologia em

Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

No ano de 2013, por meio da Portaria MEC nº 330, de 23 de abril de 2013, o *Campus* Avançado Patrocínio recebeu sua autorização de funcionamento, compondo, assim, a nova estrutura organizacional como *Campus* do IFTM. Diante dessa conquista, novas perspectivas se apresentaram, levando, em fevereiro de 2014, à criação dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio de Administração, Eletrônica e Manutenção e Suporte em Informática. Nesse mesmo período foi criado o curso superior de Tecnologia em Gestão Comercial.

Em um cenário onde a exclusão social é uma realidade presente, o IFTM – *Campus* Patrocínio busca cumprir sua missão de inclusão social oportunizando, de forma flexível e participativa, o processo de construção e aplicação de conhecimentos. Esse processo é sustentado em valores éticos e morais, capazes de possibilitar ao discente uma formação profissional e humana, compatível com as necessidades emergentes da comunidade, atendendo às rápidas transformações tecnológicas do novo milênio.

O IFTM – *Campus* Patrocínio, ao propiciar a formação do cidadão como pessoa, com autonomia intelectual e pensamento crítico, promove, também, a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos. Dessa forma, responde às exigências do mundo do trabalho, aos anseios da comunidade e cumpre o seu papel de relevância estratégica para o desenvolvimento da região e do país.

5. JUSTIFICATIVA

A grande necessidade de difusão de informações para a gestão empresarial tem impulsionado o desenvolvimento da área de Contabilidade no país. Em busca de suporte técnico qualificado e decisões cada vez mais precisas, os empresários procuram apoio no profissional de contabilidade. Acompanhando a tendência da globalização, o mercado nacional tem buscado melhorar sua competitividade com base nas informações levantadas pela contabilidade.

A obrigatoriedade legal de atuação do profissional da contabilidade nas entidades demanda por recursos humanos cada vez mais qualificados. Incluindo as micro e pequenas empresas que, para atender a legislação, buscam suporte técnico na área contábil como medida para equalizar sua administração visando melhorar seu desempenho em um mercado cada vez mais competitivo.

Segundo dados do IBGE, tem se observado um crescimento do número de micro e

pequenas empresas no país impulsionadas pelo aumento do crescimento econômico.

Neste contexto surge a necessidade de preparar profissionais capazes de atender as demandas no setor contábil de mercado de forma ágil e eficaz. Além do aspecto comercial e de serviços na região verifica-se, também, um avanço do setor industrial, elemento que impulsiona a economia e promove um efeito ascendente no mercado de modo geral.

O curso Técnico em Contabilidade, vislumbrando essa crescente demanda, procura suprir o mercado crescente de profissionais capazes de auxiliar a gestão das empresas com informações precisas e oportunas.

A adoção de uma ciência que, usada inicialmente como complemento de uma série de anotações, evoluiu para o registro dos mais diversos tipos de negócio e, hoje, pode ser considerada como principal instrumento de controle de uma empresa, objetivando a tomada de decisões, além de fornecer base de dados para uma perfeita elaboração de planejamento. Com isso a contabilidade alcançou o posto de atividade de grande relevância dentro das organizações.

Nas análises dos dados, por ela gerados, se discutem as melhores decisões a serem tomadas, observando-se, evidentemente, as tendências mercadológicas e organizacionais, bem como os fundamentos macroeconômicos. É também por isso que se torna cada vez mais frequente a necessidade de se discutir os conceitos contábeis e os procedimentos a seguir para a obtenção de informações confiáveis, de modo a traduzir a realidade das empresas sob análise. Esta confiabilidade evidencia-se com o exercício da auditoria, que é um elemento verificador da exatidão das informações obtidas, colocando-as em sintonia com os princípios contábeis.

O Curso de Educação Profissional de Nível Técnico em Contabilidade do IFTM *Campus* Patrocínio leva em consideração a realidade socioeconômica do país, fundamentado na premissa de capacitar o discente a atuar na área contábil e financeira. A perspectiva de capacitar o discente a desenvolver uma postura “holística” da organização empresarial, abrangendo desde os negócios, sua influência no mercado interno, externo, dependência e condicionamento de múltiplos agentes, permite desenvolver competências relevantes à sua profissão.

O curso prepara os futuros contabilistas para atuarem em todo o território nacional, formando profissionais aptos a ingressar no mundo do trabalho de maneira empreendedora, participativa e efetiva na prática contábil com visão multidisciplinar. Para tanto, o conteúdo programático é definido e proposto de acordo com as necessidades do mercado, procurando-se

dar ênfase nas áreas mais carentes, estimulando-se o empreendedorismo para aquele que objetiva abrir seu próprio escritório contábil.

As características atuais de evolução das indústrias e dos serviços, aliados ao crescimento das micro e pequenas empresas, estimulam o IFTM – *Campus* Patrocínio a reelaborar seu Projeto Pedagógico de Curso - PPC, do Curso Técnico em Contabilidade, visando atender tanto a legislação vigente como às novas demandas de formação profissional, preparando o indivíduo para o pleno exercício da cidadania.

Assim, o PPC do Curso Técnico em Contabilidade tem a preocupação básica de habilitar técnicos conscientes dos desafios presentes na área contábil que, de posse de conhecimentos e tecnologias possam, de fato, responder a estes desafios e contribuir para a melhoria dos serviços prestados a empresas na cidade de Patrocínio, na sua região de influência, no Estado e no país.

6. OBJETIVOS

6.1. GERAL

O Curso Técnico em Contabilidade tem como objetivo formar profissionais com conhecimentos técnicos, humanísticos e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade econômica nacional e internacional, instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação ética, digna e competente nas áreas de finanças e contabilidade, suprimindo as necessidades de mão de obra especializada.

6.2. ESPECÍFICOS

No decorrer e ao final do Curso Técnico em Contabilidade os discentes deverão ser capazes de:

- a) exercer suas funções com competência e plena consciência da responsabilidade ética assumida perante a sociedade e, em especial, junto às legítimas organizações que a integram;
- b) obter novos conhecimentos e o título de Técnico em contabilidade;
- c) executar de forma eficiente trabalhos em equipe promovendo a boa relação e gestão de pessoas;
- d) desenvolver conhecimentos para a realização de trabalhos ligados à área financeira,

tais como elaboração de relatórios contábeis, orçamentos e cálculos tributários e financeiros, bem como compreender os contextos micro e macro econômicos;

- e) formular e desenvolver a estrutura de custos e precificação;
- f) executar funções ligadas a toda a parte financeira;
- g) valorizar a formação para a ação de forma ética no ambiente de trabalho e na sociedade;
- h) empregar os conhecimentos necessários ao atendimento dinâmico das diversas áreas da legislação fiscal e tributária que afetam e provocam modificações no patrimônio das entidades;
- i) ter consciência pela precisão, senso de oportunidade e a relação custo/benefício;
- j) utilizar, adequadamente, dados estatísticos e informações;
- k) usar a tecnologia da informação para racionalizar o trabalho;
- l) dominar as funções contábeis e saber aplicar a legislação pertinente;
- m) entender, analisar e acompanhar as questões contábeis, e ainda, saber se pronunciar sobre tais assuntos;
- n) elaborar e colocar em execução projetos contábeis, bem como proceder à análise de empresas;
- o) apresentar uma visão contábil diante da globalização da economia.

7. PERFIL DO EGRESSO

Considerando o novo perfil traçado pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissionalizante Técnica de Nível Médio, além da observância às tendências nacionais e internacionais da profissão de técnico, o egresso do Curso Técnico em Contabilidade estará apto a:

- a) utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem da contabilidade;
- b) compreender os fundamentos, conceitos, métodos e técnicas relativos às funções de contabilidade;
- c) registrar as operações contábeis das empresas, ordenando as movimentações pelo débito e crédito;
- d) efetuar anotações das transações financeiras das organizações e examinar documentos fiscais e parafiscais;
- e) organizar, controlar e arquivar os documentos relativos à atividade contábil;

- f) executar e apoiar os trabalhos de contabilização, levantamento de balancetes e demonstrações contábeis;
- g) observar procedimentos que tenham uma visão precisa do patrimônio e desempenho dos resultados da empresa;
- h) ter a capacidade de manter-se atualizado;
- i) preparar documentos, apurar haveres, direitos e obrigações legais;
- j) formular suas ideias com clareza e defendê-las com conhecimento, racionalidade, lógica e tenacidade, sem perder a abertura às novas proposições;
- k) ter habilidade de cooperação, de realização e de integração profissional;
- l) exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

8. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR – IFTM

As mudanças vivenciadas pelos indivíduos passam pelos aspectos sociais, culturais e econômicos permeados pelos aspectos políticos que interferem de forma direta e significativa na reorganização das sociedades. Desse modo, a educação é diretamente influenciada por estas mudanças que confluem na necessidade de uma proposta diferenciada que atenda as novas demandas postas, visando preparar os discentes para as aprendizagens, vivências e experiências neste contexto.

Para tanto e considerando o exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, concebe-se a educação como uma possibilidade tanto de preparação do discente para a inserção no campo produtivo por meio do trabalho como sua formação enquanto ser convivente no meio social, o que requer a observância de princípios que norteiam esse nível educacional, voltados para a formação de profissionais éticos e participativos nos processos presentes nas diversas organizações sociais e produtivas, compreendendo o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Nesta perspectiva e em consonância com as políticas públicas educacionais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, enquanto instituição formadora, preconiza “a construção de saberes e o aprimoramento humano do estudante, por meio de um ensino pautado na interação, na mediação entre docentes e

discentes e que preza sempre pela interdisciplinaridade, flexibilidade, contextualização e atualização”. (IFTM, 2014a)

Desse modo, o IFTM, no intuito de promover um processo educativo que atenda a diversidade e as necessidades formativas dos profissionais para as diversas áreas, observa como princípios em suas ações:

- a) Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- b) Verticalização do ensino e a sua integração com a pesquisa e a extensão;
- c) Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- d) Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, inclusive as pessoas com necessidades educacionais específicas;
- e) Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União. (IFTM, 2014a)

Com base nas fundamentações legais e na concepção de Educação Profissional integrada e articulada ao trabalho, ciência, tecnologia e cultura, o Curso Técnico em Contabilidade do IFTM – *Campus* Patrocínio se propõe a promover a formação de profissionais cientes de sua condição de cidadãos comprometidos com princípios éticos, inserção histórico-social (dignidade humana, respeito mútuo, responsabilidade, solidariedade), envolvimento com as questões ambientais e compromissos com a sociedade.

Para tanto, propõe-se um conjunto de atividades a serem vivenciadas pelo discente no decorrer de sua formação que nortearão a organização e o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, considerando as premissas estabelecidas pelo Catálogo Nacional de Cursos para a formação deste profissional.

Tendo como princípio fundamental a maneira como se concebe a aprendizagem sabendo que ela se efetiva somente quando se torna significativa para o discente, quando se alicerça nas relações dialógicas e quando se constitui em uma construção coletiva que considera as diferenças de desenvolvimento e as diversidades culturais e sociais, pressupõe-se a adoção de princípios voltados para a concepção programática de formação e desenvolvimento da pessoa humana, compreendendo os pressupostos axiológicos-éticos e as dimensões sócio-política, sociocultural, técnico-científica e técnico-profissional que possibilitam a articulação dos conhecimentos, a compreensão e a expressão da realidade além de promover o desenvolvimento da capacidade criativa e o aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional.

Propõe-se também com este PPC, o desenvolvimento de atividades educativas flexíveis, interdisciplinares e contextualizadas, que possibilitem a criação de espaços específicos para a promoção de práticas e experiências profissionais assistidas e/ou supervisionadas, a inter-relação discente/mercado de trabalho, além do estímulo à criatividade, iniciativa, autonomia, liberdade de expressão, o respeito pela vida, a postura ética e a valorização da convivência social e nos espaços de atuação profissional.

O fluxograma e a matriz curricular (10.5 e 10.6) constantes deste documento estabelecem as unidades curriculares e sua organização como eixos norteadores da interdisciplinaridade.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

9.1. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que têm permeado a organização das sociedades no decorrer de sua história têm exigido cada vez mais pessoas capazes de se adequarem às mudanças contínuas resultantes destas transformações.

Ao se referir à instituição escolar como espaço privilegiado de promoção e construção do conhecimento, necessário se faz refletir sobre seus processos organizativos que visam atender tanto as demandas sociais postas como os discentes em formação.

Nessa perspectiva é fundamental pensar sobre os tempos e espaços escolares que, historicamente, têm se organizado de forma compartimentada. A história mostra que, por um longo período, a sala de aula foi o único espaço destinado ao processo do ensinar e aprender, como também mostra que sempre houve uma fragmentação do tempo destinado ao trabalho disciplinar que acaba promovendo a desintegração dos conhecimentos a serem construídos pelos discentes.

Nos dias atuais, diante da evolução tecnológica, comunicacional e informacional torna-se fundamental repensar os espaços e tempos de aprendizagem no interior das instituições escolares como condição essencial à promoção de aprendizagens significativas, por meio de experiências vivenciadas pelos discentes.

Com a Internet e as redes de comunicação em tempo real, surgem novos espaços importantes para o processo de ensino-aprendizagem, que modificam e ampliam o que fazíamos na sala de aula. (...) Antes o docente só se preocupava com o discente em sala de aula. Agora, continua com o discente no laboratório (organizando a pesquisa), na Internet (atividades a distância) e no acompanhamento das práticas, dos projetos, das experiências que ligam o discente à realidade, à sua profissão (ponto

entre a teoria e a prática). Antes o docente se restringia ao espaço da sala de aula. Agora precisa aprender a gerenciar também atividades a distância, visitas técnicas, orientação de projetos e tudo isso fazendo parte da carga horária da sua disciplina, estando visível na grade curricular, flexibilizando o tempo de estada em aula e incrementando outros espaços e tempos de aprendizagem. (MORAN, 2004).

Desse modo, tem-se que usufruir de todos os espaços físicos da escola e criar tempos e espaços fora dela torna-se crucial para o êxito do trabalho escolar.

O Curso Técnico em Contabilidade do IFTM – *Campus* Patrocínio assegura aos discentes tempos e espaços diversificados de aprendizagem. Os docentes do curso proporcionam suas atividades formativas em salas de aula equipadas com aparelhos multimídia com acesso à internet, em laboratórios informatizados com acesso à internet além de promoverem visitas técnicas a empresas, possibilitarem aulas práticas que favoreçam uma melhor compreensão das ações a serem realizadas em seu campo de atuação e estabelecerem parcerias para que o estágio curricular aconteça em espaços profissionais qualificados, favorecendo a associação teórico-prática das unidades curriculares.

O referido curso tem a duração de dezoito meses, organizando-se em três períodos semestrais e aulas diárias compreendendo horários de até uma hora e meia, priorizando ações que valorizem os conhecimentos e habilidades que compõem as diversas áreas de conhecimentos vinculados à Educação Básica e à Formação Profissional em nível Técnico, englobando métodos, técnicas, ferramentas e elementos tecnológicos específicos, em conformidade com o eixo tecnológico, além de ter o trabalho como princípio educativo. (BRASIL, 2012)

Para além dos tempos e espaços preestabelecidos os discentes têm a oportunidade de realizarem atividades de pesquisa e/ou extensão em espaços e tempos diversificados, visando o enriquecimento curricular e a divulgação de saberes construídos no decorrer do curso, por meio de ações dialógicas que focam o trabalho, a ciência, a tecnologia, a cultura e as relações sociais de produção e trabalho pautadas nos princípios e valores necessários ao exercício da profissão e do convívio social.

Nesta perspectiva e, considerando as vivências e experiências dos discentes enquanto seres sociais, também são propostos momentos para a transversalidade de temáticas inerentes à vida cotidiana, abordando educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento e valorização do idoso, educação ambiental e educação para o trânsito. (BRASIL, 2012)

Desse modo, busca-se propiciar um aprendizado significativo valorizando espaços e tempos específicos, por meio de ações que sejam integrados e complementares a um processo

formativo que favoreça o pleno desenvolvimento dos cidadãos/profissionais, bem como propiciando a compreensão do exercício da cidadania em seu meio de convívio. (BRASIL, 1996)

9.2. FORMAS DE INGRESSO

O ingresso no Curso Técnico em Contabilidade dar-se-á por meio de processo seletivo, para discentes que tenham cursado, no mínimo, o 1º ano do ensino médio. O processo seletivo é divulgado por meio de edital publicado no site institucional (www.iftm.edu.br) com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo, além do número de vagas oferecidas.

As competências e as habilidades exigidas serão aquelas previstas para o primeiro ano do Ensino Médio, nas áreas de conhecimento, em consonância com as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas. (BRASIL, 2012)

A aprovação e ingresso dos candidatos obedecerão ao processo classificatório, sendo admitidos os primeiros trinta candidatos, conforme Edital de Processo Seletivo e resultados divulgados no site www.iftm.edu.br.

A renovação da matrícula deverá ser efetuada pelo discente ou, se menor, pelo seu representante legal, após o encerramento de cada período letivo, conforme definido no calendário acadêmico.

9.3. PERIODICIDADE LETIVA

MATRÍCULA	PERIODICIDADE LETIVA
Semestral	Semestral

9.4. TURNO DE FUNCIONAMENTO, NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS, N.º DE TURMAS E TOTAL DE VAGAS ANUAIS.

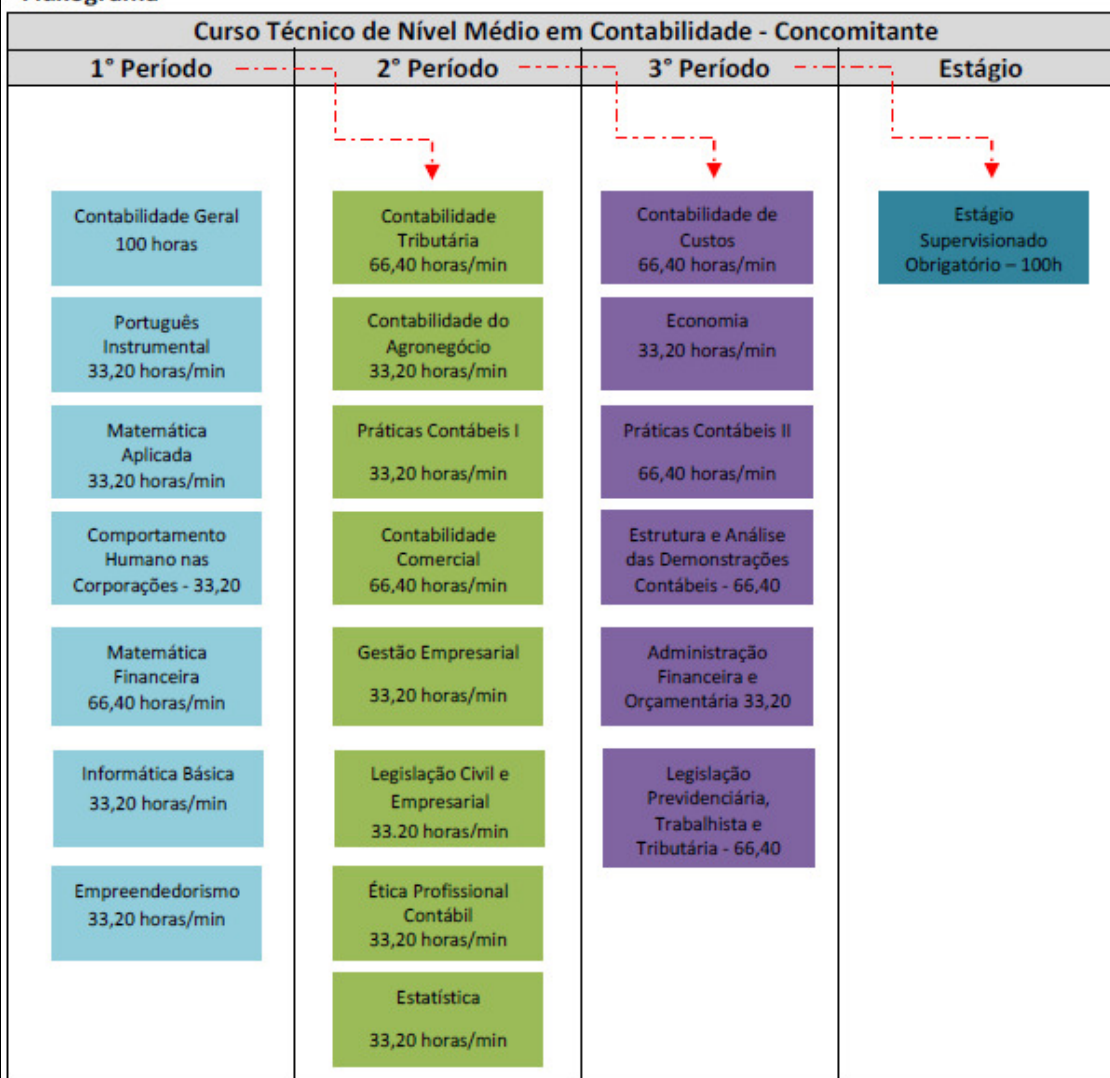
Turno de funcionamento	Vagas/turma	Nº turmas/ ano	Total de vagas anuais
Noturno	30	01	30

9.5. PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Limite Mínimo	Limite Máximo
Três semestres	Seis semestres

9.6. FLUXOGRAMA

Fluxograma



9.7. MATRIZ CURRICULAR

O currículo do Curso Técnico em Contabilidade, conforme estabelecido pelas suas diretrizes curriculares nacionais e de acordo com sua concepção teórico-metodológica, sua missão, seus objetivos e com o perfil profissional traçados em seu projeto pedagógico, é composto pelo conjunto de unidades curriculares e atividades que se referem à Formação Básica, Formação Profissional e Formação Teórico-Prática.

As unidades curriculares que compõem o curso de Contabilidade estão em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e possuem sequência lógico-didática, considerando as necessidades de formação dos discentes, assim como as demandas exigidas pelo mercado.

Inicialmente, o discente recebe conhecimentos de formação básica e, de forma flexível e gradativa, conhecimentos e informações específicas da profissão que irá desenvolver. Isto se torna fundamental, em função de um aproveitamento maior dos conteúdos ministrados, tendo clara consciência da sua importância e aplicabilidade no campo da contabilidade.

Para integralizar o curso, o discente deve desenvolver as atividades teórico-práticas expressas na forma de **Estágio Supervisionado**, as quais têm um destaque especial no composto prático do curso, pois possibilitam aos discentes a compreensão da realidade, através da **reflexão-ação-reflexão**, do aprofundamento das competências e habilidades na área de interesse, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e do alcance do perfil profissional do curso.

Juntamente com a base conceitual, desenvolvida por meio da relação teoria-prática e inserida no contexto do curso, o currículo disponibiliza ao discente, também, uma formação empreendedora. Fornece ao egresso as condições para assumir um papel de agente transformador, sendo capaz de promover mudanças através da agregação de novas visões e tecnologias na solução de problemas das organizações, na criação e implantação de seus empreendimentos.

A carga horária das unidades curriculares do Curso Técnico em Contabilidade do

IFTM – *Campus* Patrocínio fica distribuída conforme apresentado pela Matriz Curricular.

MATRIZ CURRICULAR			
CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE - 2016/1			
UNIDADE CURRICULAR	1º PERÍODO		
	CHD	CHT	CHP
Contabilidade Geral	100h00	100h00	
Português Instrumental	33h20	33h20	
Matemática Aplicada	33h20	33h20	
Matemática Financeira	66h40	66h40	
Comportamento Humano nas Corporações	33h20	33h20	
Empreendedorismo	33h20	33h20	
Informática Básica	33h20	00h	33h20
SUBTOTAL	333h20		
UNIDADE CURRICULAR	2º PERÍODO		
	CHD	CHT	CHP
Legislação Civil e Empresarial	33h20	33h20	
Práticas Contábeis I	33h20	00h	33h20
Gestão Empresarial	33h20	33h20	
Contabilidade Tributária	66h40	66h40	
Contabilidade do Agronegócio	33h20	20h00	13h20
Ética Profissional Contábil	33h20	33h20	
Contabilidade Comercial	66h40	66h40	
Estatística	33h20	33h20	
SUBTOTAL	333h20min		
UNIDADE CURRICULAR	3º PERÍODO		
	CHD	CHT	CHP
Economia	33h20	33h20	
Administração Financeira e Orçamentária	33h20	33h20	
Legislação Previdenciária, Trabalhista e Tributária	66h40	66h40	
Práticas Contábeis II	66h40	16h40	50h
Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis	66h40	66h40	
Contabilidade de Custos	66h40	66h40	
SUBTOTAL	333h20		
SUBTOTAL GERAL	1.000h		
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	100h		
TOTAL	1.100h		

Legenda:

CHD: Carga Horária da unidade curricular no Curso (expressa em horas)

CHT: Carga Horária Teórica

CHP: Carga Horária Prática

9.8. RESUMO DA CARGA HORÁRIA				
Períodos		Carga Horária		
1° Período		333h20		
2° Período		333h20		
3° Período		333h20		
ESTÁGIO		100 h		
CARGA HORÁRIA TOTAL (CHT)		1.100 h		
9.9. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA GERAL				
Unidades curriculares	Atividades complementares	Práticas pedagógicas	Estágio	Total (horas do curso)
1.000 h	-	-	100 h	1.100 h
10. UNIDADES CURRICULARES				
MÓDULO I				
Unidade Curricular: CONTABILIDADE GERAL				
Período	CARGA HORÁRIA			
	Teórica	Prática	Total	
1°	100h		100h	
Ementa				
Conceitos Gerais da Contabilidade. Campo de aplicação da Contabilidade. Competências dos Conselhos Regionais. Princípios Fundamentais de Contabilidade. Conceito de Patrimônio e seus itens patrimoniais (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido). Situações Líquidas Patrimoniais. Plano de Contas. Classificação de fatos próprios de empresa comercial. Escrituração contábil em todas as suas etapas (livros e métodos de escrituração). Prática de escrituração (razonete e balancete). Demonstrativos Contábeis (BP - Balanço Patrimonial e				

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício). Apuração do resultado do exercício.

Objetivos

- Proporcionar ao discente conhecimento da execução da rotina básica de contabilidade;
- Oferecer ao discente noção de débito e crédito;
- Preparar o profissional para a execução de lançamentos fiscais e contábeis de acordo com a regulamentação técnica baseada nos Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais normas profissionais;
- Propiciar noções básicas de contabilidade, embasado em normas contábeis com o intuito de levantar relatórios e demonstrações para análise.

Bibliografia

Bibliografia Básica

IUDÍCIBUS, Sérgio et al. **FIPECAFI**. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações Aplicáveis às Demais Sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo. **Contabilidade básica**. 13. ed. São Paulo: Frase, 2006.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia complementar

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, Paulo et. al. **Manual de Práticas contábeis** – aspectos societários e tributários. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Unidade Curricular: **PORTUGUÊS INSTRUMENTAL**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
1º	33h20		33h20

Ementa

Noções de texto. Fatores de textualidade: coesão e coerência. Estruturação de períodos e parágrafos. Leitura, interpretação e produção de textos da Redação Técnica, Oficial e

Comercial, bem como a observância nas situações de aplicabilidade desses textos no desempenho da função contábil. Normas para elaboração de relatório de estágio.

Objetivos

- Analisar e produzir textos escritos de forma crítica e reflexiva;
- Identificar, interpretar, analisar e produzir diferentes gêneros textuais que circulam no contexto científico, acadêmico e empresarial;
- Reconhecer e aplicar recursos coesivos de modo a estabelecer relações de sentido na produção de textos;
- Elaborar relatórios de estágio de acordo com as normas do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

Bibliografia

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES A. **A língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2005.

LIMA, A. O. **Manual de Redação Oficial**. Rio de Janeiro: Câmpus, 2007.

Bibliografia complementar

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação**. São Paulo, Scipione, 1998.

Unidade Curricular: **MATEMÁTICA APLICADA**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
1º	33h20		33h20

Ementa

Funções: Função constante, função de 1º grau, função de 2º grau, Função custo, receita e lucro,

função demanda. Estudo de proposições: proposições compostas, valores lógicos de proposições compostas, equivalência entre proposições, negação de proposições.

Objetivos

- Possibilitar o desenvolvimento do raciocínio lógico e sua utilização nas disciplinas correlatas;
- Proporcionar, ao profissional, capacidade de raciocínio;
- Estimular a capacidade de formação do conhecimento teórico-prático sobre a função financeira.

Bibliografia

Bibliografia Básica

CESAR, Benjamin; MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico - Quantitativo**. Série Provas e Concursos. 1. ed. São Paulo: Campus, 2007.

IEZZI, G. et al. **Coleção fundamentos de Matemática Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PEDRO A.; MOERETTIN, Samuel Hazzan; WILTON, O. Bussab. **Cálculo: função de uma variável e varias variáveis**. 2. ed., São Paulo: Saraiva. 2010.

ROCHA, Enrique. **Raciocínio Lógico - Você consegue aprender**. Série Provas e Concursos. 3. ed. São Paulo: Campus, 2008.

Bibliografia complementar

ALENCAR FILHO, E. **Iniciação à Lógica Matemática**. Nobel Editora. 2002.

ROCHA, Enrique. **Raciocínio Lógico - Você consegue aprender**. Série Provas e Concursos. 3. ed. São Paulo: Campus, 2008.

Unidade Curricular: **MATEMÁTICA FINANCEIRA**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
1º	66h40		66h40

Ementa

Introdução; Razões e Proporções; Grandezas Proporcionais; Divisão em partes proporcionais; Regras de Três; Percentagem; Juro e montante. Descontos simples. Juros compostos. Séries de pagamento. Amortização.

Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilitar o desenvolvimento do raciocínio lógico financeiro e sua utilização nas disciplinas correlatas; ➤ Proporcionar ao profissional conhecimento teórico-prático sobre a função financeira na empresa podendo tomar decisões sobre as melhores alternativas de investimentos e financiamento. 			
Bibliografia			
Bibliografia Básica			
CRESPO, A. Matemática comercial e financeira fácil . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.			
MATHIAS, Washington Franco. Matemática financeira . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.			
SPINELLI, Walter; QUEIROZ, Maria Helena de Souza. Matemática comercial e financeira . 14. ed. São Paulo: Ática, 2004.			
Bibliografia complementar			
PUCCINI, A. L. Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.			
SAMANEZ, C. P. Matemática Financeira . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.			
VERAS, L. L. Matemática Financeira . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
Unidade Curricular: COMPORTAMENTO HUMANO NAS CORPORAÇÕES			
Período	CARGA HORÁRIA		
1º	Teórica 33h20	Prática	Total 33h20
Ementa			
<p>Comportamento humano, trabalho e mudança organizacional. Impacto do comportamento humano enquanto indivíduo e/ou grupo na construção das organizações. Cognição e ação nas organizações. Liderança, motivação, comprometimento, conflito e resistência às mudanças. Clima organizacional. Evolução dos modelos de gestão de pessoas. Os vínculos entre as estratégias empresariais e a gestão de pessoas. O processo de aprendizagem em organizações,</p>			

gestão do conhecimento e gestão por competências. O processo de desenvolvimento de competências, aprendizagem e cultura das organizações.

Objetivos

- Abordar as variáveis típicas do comportamento humano na esfera organizacional;
- Proporcionar aos discentes uma análise acerca da importância da gestão correta dos recursos humanos enquanto recursos intangíveis imprescindíveis às corporações;
- Oferecer aos discentes noções sobre a aplicabilidade de novas ferramentas que visem à valorização profissional e a busca das competências essenciais para as empresas contemporâneas.

Bibliografia

Bibliografia Básica

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Psicologia das relações interpessoais: vivência para o trabalho em grupo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Comportamento organizacional: conceitos e práticas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

KANAANE, R. **Comportamento humano nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007

WAGNER III, Jonh.; HOLLENBECK, Jonh. **Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar

DEMO, G. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações: Papel dos valores pessoais e da justiça organizacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

KOLB, David A; RUBIN, Irwin M.; MCINTYRE, James M. **Psicologia organizacional: uma abordagem vivencial**. São Paulo: Atlas, 1986.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas Organizações**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MINTZERG, H. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Unidade Curricular: **EMPREENDEDORISMO**

Período

CARGA HORÁRIA

1°	Teórica 33h20	Prática	Total 33h20
Ementa			
<p>Conceitos. Características do comportamento empreendedor. Negociação e desenvolvimento pessoal. Elementos fundamentais para começar um novo negócio. Plano de marketing, identificação de pontos fracos e fortes da empresa.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formar uma visão empreendedora ao profissional da contabilidade; ➤ Possibilitar ao discente uma visão geral do empreendedorismo, envolvendo os requisitos necessários para avançar nos negócios. 			
Bibliografia			
Bibliografia Básica			
<p>DOLABELA, Fernando. O segredo de Luisa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p> <p>DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 2005.</p>			
Bibliografia complementar			
<p>BERNARDI, Luiz A. Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas. Rio de Janeiro: Atlas, 2002.</p> <p>Harvard Business Review Book. Empreendedorismo e Estratégia. São Paulo: Campus, 2002.</p>			
Unidade Curricular: INFORMÁTICA BÁSICA			
Período	CARGA HORÁRIA		
1°	Teórica	Prática 33h20	Total 33h20
Ementa			

Conceito de Hardware e Software. Noções de processamento de dados. Editor de texto. Planilha eletrônica.

Objetivos

- Oferecer noções básicas de informática;
- Capacitar o profissional quanto aos conceitos básicos do funcionamento do computador;
- Proporcionar o desenvolvimento, formatação e estruturação de textos a partir de um software de edição de texto;
- Possibilitar, ao profissional, capacidade de elaborar planilhas eletrônicas de controles utilizando fórmulas.

Bibliografia

Bibliografia Básica

ALVES, William Pereira. **Informática** - Microsoft Office Word 2010 e Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2012.

JOYCE, Jerry; MOON, Marianne. **Windows 7: rápido e fácil**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MANZANO, José Augusto N. G. **Guia Prático de Informática**. São Paulo: Érica, 2011.

Bibliografia complementar

MANZANO, André Luiz N. G. **Estudo Dirigido de Informática Básica**. São Paulo: Érica, 2007.

MINAS GERAIS. **PROINFO**. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.educacao.mg.gov.br/webdtec/> e <http://proinfo.mec.gov.br>> Acesso em: fev. 2010.

CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. **Excel: para Profissionais de Finanças**. São Paulo: Editora Campus, 2006.

SILVA, Mário Gomes da. **Informática: Terminologia Básica**, Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Excel 2003, Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Power Point 2003/2. São Paulo: Érica, 2007.

MÓDULO II

Unidade Curricular: **LEGISLAÇÃO CIVIL E EMPRESARIAL**

Período

CARGA HORÁRIA

2º	Teórica 33h20	Prática	Total 33h20
Ementa			
<p>Noções preliminares do direito. Legislação Civil: pessoas naturais e jurídicas, bens, prescrição e decadência, contratos. Legislação Empresarial: teoria geral da empresa, registro empresarial, sociedades empresariais, propriedade industrial, títulos de crédito, falência e recuperação de empresas.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilitar a compreensão do Direito de forma geral e integrada, de modo a identificar a especificidade do fenômeno jurídico e situá-lo perante os demais ramos do conhecimento científico; ➤ Apresentar a Legislação Civil brasileira referente às pessoas, bens, prescrição e contratos; ➤ Capacitar o discente com noções da legislação civil e empresarial aplicada à atuação profissional do Técnico em contabilidade; ➤ Apresentar os aspectos jurídicos do Direito Empresarial relevantes à prática contábil. 			
Bibliografia			
Bibliografia Básica			
<p>COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial: direito de empresa. São Paulo (SP): Saraiva, 2014.</p>			
<p>MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: volume 1: parte geral. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.</p>			
<p>PALAIA, Nelson. Noções Essenciais de Direito. São Paulo (SP): Saraiva, 2011.</p>			
Bibliografia complementar			
<p>ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais: direito de empresa. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.</p>			
<p>AZEVEDO, Alvaro. Código Civil Anotado e Legislação Complementar. São Paulo (SP): Atlas, 2004.</p>			
<p>CAMPINHO, Sergio. O direito de empresa à luz do Código Civil. Rio de Janeiro (RJ): Renovar, 2014.</p>			

COELHO, Fabio Ulhoa. **Código Comercial e Legislação Complementar anotados**. São Paulo (SP): Saraiva, 2011.

_____. **Comentários à Lei de Falências:** e de recuperação de empresas. São Paulo (SP): Saraiva, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. São Paulo (SP): Saraiva, 2012.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro:** empresa e atuação empresarial: v.1. São Paulo (SP): Atlas, 2011.

_____. **Direito Empresarial Brasileiro:** direito societário: sociedades simples e empresárias: v. 2. São Paulo (SP): Atlas, 2011.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro (RJ): Forense, 2012.

NIARADI, George. **Direito empresarial**. São Paulo (SP): Pearson, 2009.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. São Paulo (SP): Saraiva, 2014.

Unidade Curricular: **PRÁTICAS CONTÁBEIS I**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
2º		33h20	33h20

Ementa

Noções preliminares de Constituição, Alteração e Encerramento de Empresas. Tipos de sociedades. Empresário Individual. Sociedade Limitada e Sociedade Anônima. Rotinas de Departamento de Pessoal.

Objetivos

- Propiciar informações relativas à elaboração de processos de constituição de empresas perante os órgãos governamentais - municipal, estadual e federal - bem como possíveis alterações e extinções de pessoas jurídicas;
- Oferecer ao discente a formação necessária para as rotinas de abertura, alteração e baixa de empresa;
- Apresentar ao discente as rotinas de um departamento de pessoal.

Bibliografia

Bibliografia Básica

MACHADO, Mariza; SANTOS, Milena Sanches Tayano. **Departamento de Pessoal Modelo**. São Paulo: Editora IOB, 2012.

MAMEDE, Gladston. **Manual do Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

RUSSO, Luiz Roberto Romero. **Como Abrir sua Empresa Comercial**. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia complementar

RUSSO, Luiz Roberto Romero. **Como alterar Contratos Sociais: Manual de Alteração de Contrato e Adequação ao Novo Código Civil**. São Paulo: Atlas, 2004.

Unidade Curricular: **GESTÃO EMPRESARIAL**

Período	CARGA HORÁRIA		
	2º	Teórica	Prática
	33h20		33h20

Ementa

Conceitos, organização empresarial, métodos administrativos. Organização e estratégias orçamentárias. Planejamento financeiro e políticas de negócios. Organização e operacionalização do negócio. Administração Estratégica.

Objetivos

- Possibilitar uma visão geral dos processos de administração e organização das empresas, atribuindo os resultados necessários às organizações e ao perfil do profissional gestor;
- Permitir a tomada de decisão com base no planejamento organizacional da empresa, dentro do atual contexto da gestão empresarial, envolvendo os requisitos de qualidade material e dos indivíduos, de forma estratégica.

Bibliografia

Bibliografia Básica

BARROS, Betania Tanura de; Ghoshal, Sumantra. **Estratégia e Gestão Empresarial – Construindo empresas brasileiras de sucesso – Estudos de Casos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BORNHOLDT, Werner. **Orquestrando empresas vencedoras: guia prático da administração de estratégias e mudanças**. Rio de Janeiro: Câmpus, 1997.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

Bibliografia complementar

COBRA, Marcos Henrique Nogueira. **Administração estratégica de mercado**. São Paulo: Atlas, 1991.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva**. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Unidade Curricular: CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Período	CARGA HORÁRIA		
	2º	Teórica	Prática
	66h40		66h40

Ementa

Contabilidade adequada à Legislação Tributária (conceitos e classificação dos tributos). Contabilização dos principais tributos: IRPJ, ICMS, IPI, ISS, COFINS, PIS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Tributação: microempresas e empresas de pequeno porte (SIMPLES NACIONAL); Lucro Presumido; Lucro Real; Lucro Arbitrado e Planejamento Tributário. Elisão e evasão fiscal.

Objetivos

- Possibilitar, ao discente, os conhecimentos necessários relativos à Legislação Fiscal em âmbito federal, estadual e municipal;
- Capacitar o discente a registrar todos os Impostos Incidentes na Contabilidade;
- Proporcionar ao discente a aplicação e compreensão dos procedimentos técnicos adequados;
- Capacitar o discente a desenvolver os cálculos dos tributos e registrar na Contabilidade;

- Preparar o discente para a realização do planejamento Fiscal Tributário.

Bibliografia

Bibliografia Básica

- BRASIL. **Lei n. ° 6.404. Lei das sociedades por ações.** São Paulo: Atlas, 1995.
- FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária.** São Paulo (SP): Atlas, 2012.
- OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia complementar

- SILVA, Lourivaldo Lopes. **Contabilidade Geral e Tributária.** Rio de Janeiro: IBO, 2012.
- _____. **Contabilidade Avançada e Tributária.** Rio de Janeiro: IBO, 2012.

Unidade Curricular: CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

Período	CARGA HORÁRIA		
	2º	Teórica 20h	Prática 13h20

Ementa

Estudo da atividade Rural: conceitos básicos. Análise dos tipos de empresas rurais e forma jurídica de exploração na agropecuária. Definição de Fluxo Contábil na Atividade Agrícola: Culturas temporárias e culturas permanentes. Compreensão de Custos, Despesas e Gastos Pré-operacionais. Reflexão sobre a Depreciação na Atividade Agrícola: culturas e implementos. Caracterização da Contabilidade pecuária: Classificação do Gado no Balanço Patrimonial e Depreciação. Aplicação de Método de Custo e Método a Valor de Mercado. Introdução à Legislação aplicável às empresas agrícolas e pecuárias. Demonstração de Plano de contas da atividade rural. Busca de compreensão sobre Imposto de Renda de Pessoa Jurídica aplicado ao agronegócio.

Objetivos

- Capacitar o discente a desempenhar as rotinas contábeis próprias para empresas agrícolas e pecuárias de acordo com as demandas do agronegócio;
- Apresentar a estrutura teórica da Contabilidade Rural: fluxo contábil, culturas

temporárias e culturas permanentes;

- Oferecer aos discentes noções de contabilidade rural e seus procedimentos técnicos, embasados nas normas contábeis com intuito de levantar relatórios e demonstrações para análise e suporte ao processo de tomada de decisão empresarial;
- Apresentar os elementos da estrutura patrimonial das organizações rurais: classificação de culturas e gado no Balanço Patrimonial;
- Capacitar o discente na apreensão dos bens do ativo imobilizado e cálculos de depreciação, amortização e exaustão.

Bibliografia

Bibliografia Básica

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda de pessoa jurídica**. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos. **Administração de custos na agropecuária**. São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografia complementar

ALOE, Armando; VALLE, Francisco. **Contabilidade Agrícola**. São Paulo: Atlas, 1978.

MARION, José Carlos. **Contabilidade da pecuária**. São Paulo: Atlas, 2004.

VALLE, Francisco. **Manual de Contabilidade Agrária**. São Paulo: Atlas, 1987.

Unidade Curricular: **ÉTICA PROFISSIONAL CONTÁBIL**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
2º	33h20		33h20

Ementa

Ética e fundamentação científica no exercício da profissão de Contabilista. Princípios éticos e responsabilidade profissional. Código de Ética Profissional do Contabilista.

Objetivos

- Proporcionar ao discente desenvolver responsabilidades profissionais e sociais associadas às atividades econômicas da empresa;
- Apresentar ao discente o Código de Ética Profissional do Contabilista como instrumento orientador das práticas profissionais.

Bibliografia

Bibliografia Básica

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de et al. **Fundamentos de ética empresarial e econômica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. (9ª reimpr. 2007) São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar

FIPECAFI. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

Unidade Curricular: CONTABILIDADE COMERCIAL

Período	CARGA HORÁRIA		
	2º	Teórica 66h40	Prática

Ementa

Conceitos de elementos da Contabilidade Comercial. Empregabilidade das normas contábeis e registro contábil de fatos próprios de empresa comercial. Contabilização dos tributos sobre a Receita e o Lucro consoante o Princípio da Competência. Apuração e contabilização do custo comercial. Cálculo e controle fiscal dos estoques de mercadorias. Cálculo e contabilização do estoque contábil. Contabilização de receitas e despesas operacionais e não-operacionais. Escrituração contábil comercial em todas as etapas. Elaboração de relatórios contábeis para análise da gestão empresarial.

Objetivos

- Propiciar atividades referentes à execução de rotinas de registro contábil dos fatos próprios da empresa comercial;

- Promover ações que instrumentalizem a geração de relatórios contábeis para apreciação dos gestores;
- Elaborar controle fiscal e o atendimento aos usuários da informação contábil;
- Propor a elaboração e análise de demonstrações contábeis, o cálculo e a provisão de impostos, sobre receitas e resultado.

Bibliografia

Bibliografia Básica

FRANCO, Hilário. **Contabilidade comercial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade comercial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: (aplicável às demais sociedades). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade das Instituições financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia complementar

MEGALLI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado Financeiro e de Capitais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Affonso. **Contabilidade e análise econômico-financeira de seguradoras**. São Paulo: Atlas, 1999.

Unidade Curricular: ESTATÍSTICA

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
2º	33h20		33h20

Ementa

Estatística descritiva. Medidas de tendência. Probabilidade simples e condicional. Teste de hipótese para a media (Z).

Objetivos

- Apresentar e possibilitar a aplicação dos conceitos básicos de estatística utilizados nas áreas de comércio, indústria e serviços;
- Prover meios para coleta e processamento de dados relacionados ao comércio;

- Propiciar a construção de tabelas e gráficos, permitindo a descrição e entendimento dos fenômenos estudados, utilizando-se também a noção de aleatoriedade;
- Promover a discussão sobre conceitos de erros, desvios e coeficientes de probabilidade, bem como desenvolver métodos estatísticos para validação de trabalhos desenvolvidos;
- Utilizar os temas abordados na disciplina e sua aplicação em disciplinas da área profissionalizante, proporcionando uma visão crítica de planejamento experimental, análise estatística e interpretação de resultados experimentais.

Bibliografia

Bibliografia Básica

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística fácil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB Wilton de O. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

Bibliografia complementar

COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. **Estatística**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2005.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS ANDRADE, Gilberto de. **Curso de Estatística**. São Paulo: Atlas, 1996.

NAZARETH, Helenalda. **Curso básico de estatística**. São Paulo: Ática, 2003.

TOLEDO, Geraldo L.; O VALE, Ivo I. **Estatística Básica**. São Paulo: Atlas, 1995.

MÓDULO III

Unidade Curricular: **ECONOMIA**

Período	CARGA HORÁRIA		
	3º	Teórica 33h20	Prática

Ementa

Conceitos de Economia. Funcionamento do Sistema Econômico. Microeconomia: demanda, oferta, preço, equilíbrio de mercado, produção e custos. Estruturas de Mercado. Macroeconomia: produto e demanda agregada, contas nacionais, política fiscal e monetária,

inflação, distribuição de renda, emprego. Economia do ponto de vista global: globalização da economia, integração econômica e vulnerabilidade econômica dos países. Blocos Econômicos: MERCOSUL, ALCA, União Européia, entre outros.

Objetivos

- Possibilitar ao discente a utilização de técnicas da economia para tomada de decisão;
- Proporcionar, ao discente, situações de análise do mercado interno e externo;
- Oferecer o conhecimento dos elementos do mercado mundial e sua importância na tomada de decisões;
- Propiciar, ao discente, uma visão geral da economia mundial.

Bibliografia

Bibliografia Básica

DORNBUSH, Rudiger. **Introdução à economia:** para os cursos de administração, direito, ciências humanas e contábeis. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavinia B. de.; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004).** Rio de Janeiro: Câmpus, 2004.

Bibliografia complementar

VIAN, C. E. F.; PELLEGRINO, A. C. G. T.; PAIVA, C. C. **Economia:** fundamentos e práticas aplicados à realidade brasileira. Campinas – SP: Editora Alínea, 2005.

Unidade Curricular: **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
3º	33h20		33h20

Ementa

Administração financeira do capital de giro. Decisões de empréstimos e financiamentos. Métodos de planejamento. Instrumentos de Planejamento e Controle Financeiro. Organização de informações financeiras. Orçamento empresarial e sua importância nas organizações.

Objetivos

- Proporcionar ao discente o desenvolvimento de habilidades de gerenciamento visando

- à maximização dos resultados empresariais;
- Oferecer ao discente conhecimento com a finalidade de fornecer informações sobre a disponibilidade de financiamento no mercado;
 - Propiciar ao discente a obtenção e a localização de informações sobre elementos financeiros a serem incluídos no planejamento financeiro;
 - Capacitar o discente a realizar gerenciamento e tomada de decisões no ambiente econômico e financeiro da empresa.

Bibliografia

Bibliografia Básica

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. São Paulo (SP): Atlas, 2010.

Bibliografia complementar

ROSS, Stephen. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo (SP): Atlas, 2011.

Unidade Curricular: **LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
3º	66h40		66h40

Ementa

Legislação Trabalhista: seleção e admissão de empregados, identificação profissional, contrato de trabalho, direitos trabalhistas e organizações sindicais. Legislação Previdenciária: previdência social, custeio da previdência e acidente do trabalho. Legislação Tributária: princípios tributários, obrigação tributária, créditos tributários e tributos.

Objetivos

- Apresentar a Legislação Previdenciária brasileira referente ao custeio da previdência e o acidente do trabalho;
- Capacitar o discente com noções da legislação previdenciária, trabalhista e tributada aplicada na atuação profissional do Técnico em contabilidade;

- Proporcionar os institutos do Direito Trabalhista relevantes à prática contábil;
- Expor os aspectos jurídicos e elementos necessários para a compreensão da Legislação Tributária nacional.

Bibliografia

Bibliografia Básica

CASSONE, Vittorio. **Interpretação no Direito Tributário: teoria e prática.** São Paulo (SP): Atlas, 2004.

HORVATH, Miguel. **Direito Previdenciário.** São Paulo (SP): Quartier Latin do Brasil, 2012.

MANUS, Pedro Paulo T. **Direito do trabalho.** São Paulo (SP): Atlas, 2014.

Bibliografia complementar

LOPES JÚNIOR, Nilson Martins. **Legislação de Direito Previdenciário: constituição federal: legislação.** São Paulo (SP): Rideel, 2012.

NERY, Nelson. **Constituição Federal comentada e legislação constitucional.** São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais, 2012.

OLIVEIRA,do. **Código Tributário Nacional: comentários, doutrina, jurisprudência.** São Paulo (SP): Saraiva, 2010.

SALIBA, Tuffi Messias. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador.** São Paulo (SP): LTr, 2010.

SARAIVA, Renato. **CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.** Rio de Janeiro (RJ): Forense, 2012.

Unidade Curricular: PRÁTICAS CONTÁBEIS II

Período	CARGA HORÁRIA		
	3º	Teórica 16h40	Prática 50 h

Ementa

Admissão de Pessoal. Rotinas de RH. Elaboração de folha. Contratos. Cálculo de Guias. Elaboração de Rescisão de Contrato. Lançamentos Contábeis dos fatos do Departamento de Pessoal.

Objetivos

- Possibilitar a elaboração de todos os procedimentos burocráticos de RH: Contratação demissão, cálculos de encargos e folhas e atendimento a legislação trabalhista;
- Oferecer ao discente formação necessária para execução das rotinas trabalhistas.

Bibliografia

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DESSLER, Gary. **Administração de Recursos Humanos**. 2. ed. Prentice Hall, 2003. 331p.

OLIVEIRA, Rita de Cássia A. **Desvendando o Departamento Pessoal**. S.C.R. Pardo/São Paulo: Ed. Viena, 2002.

Bibliografia complementar

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Fusões, Aquisições, Participações e outros Instrumentos de Gestão de Negócios**: Tratamento Jurídico, Tributário e Comercial. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Prática Tributária da Micro, Pequena e Média Empresa - Legislações Tributária e Empresarial. Lei do Simples. Tributação da Média Empresa**. São Paulo: Atlas, 2007.

Unidade Curricular: **ESTRUTURA E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
3º	66h40	00h	66h40

Ementa

Elaboração, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido. Elaboração de Notas Explicativas. Preparação das Demonstrações Contábeis para a Análise Financeira: Análise Vertical e Horizontal. Estudo dos Índices de Liquidez: Liquidez Imediata; Liquidez Corrente; Liquidez Seca e Liquidez Geral. Elaboração de relatório para gestores.

Objetivos

- Rever os aspectos conceituais referentes à estrutura das demonstrações contábeis, com ênfase no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício;
- Capacitar o discente para a preparação das demonstrações contábeis para posterior análise financeira;
- Apresentar as metodologias de análise por meio do cálculo de índices financeiros e econômicos;
- Preparar o discente para a elaboração de relatórios gerenciais com foco na tomada de decisão dos gestores.

Bibliografia

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. São Paulo: Atlas. 2007

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços: análise de liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeiro**. São Paulo: Atlas. 2006

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. São Paulo: Atlas. 2005.

Bibliografia complementar

FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, José Pereira de. **Análise financeira das empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WALTER, Milton Augusto. **Introdução à Análise de balanços**. São Paulo: Saraiva, 1982.

Unidade Curricular: **CONTABILIDADE DE CUSTOS**

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
3º	66h40		66h40

Ementa

Conceito e objetivo da Contabilidade de Custos. Métodos de avaliação de estoques. Classificação de custos. Departamentalização. Sistemas e métodos de custeio. Custos para planejamento e decisão.

Objetivos

- Promover a análise dos gastos da empresa e contribuir para o processo de decisão quanto à redução de gastos e aumento da rentabilidade dos negócios empreendidos;
- Mensurar custos e interpretar relatórios de gestão, com embasamento na legislação vigente do País e por meio de elisão fiscal.

Bibliografia

Bibliografia Básica

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NAKAGAWA, Masayuki. **ABC: custeio baseado em atividades**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Joel J. **Análise de custos: remodelando com ênfase para sistema de custeio marginal, relatórios e estudos de casos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia complementar

BACKER, Morton; JACOBSEN, Lyle E. **Contabilidade de Custos: um enfoque gerencial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1981.

GUERREIRO, Reinaldo. **A meta da empresa: seu alcance sem mistérios**. São Paulo: Atlas, 1996.

LEONE, George S. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

11. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Aprender e ensinar são processos presentes no contexto escolar que podem ser compreendidos como ações voltadas para a socialização, construção e reconstrução de saberes, tendo discentes e docentes como atores nesse processo permeado pela teoria, pela prática e pelos meios que possibilitam a concretização destes processos.

O diálogo e o compartilhamento de saberes se constituem em elementos essenciais ao fazer pedagógico cotidiano da sala de aula, onde todos se tornam sujeitos aprendentes e conhecedores por meio da ação-reflexão-ação. Neste contexto o docente desempenha um papel significativo promovendo ações e discussões como mediador neste processo, buscando a melhor forma de envolver os discentes, por meio de metodologias que propiciem a participação ativa dos mesmos.

Considerando o exposto, o Curso Técnico em Contabilidade busca integrar trabalho,

ciência, tecnologia, cultura e a relação entre sujeitos, por meio de uma metodologia que permita ao discente adquirir conhecimentos e compreender a tecnologia para além de um conjunto de técnicas, visando cumprir a finalidade de formar profissionais aptos a ingressar no mundo do trabalho de maneira empreendedora, participativa e efetiva na prática contábil com visão multidisciplinar.

O desenvolvimento pessoal deve permear a concepção dos componentes científicos, tecnológicos, socioculturais e de linguagens, como uma construção social e histórica, que instrumentalize o profissional a atuar de forma a transformar as atividades econômicas em benefícios ao cidadão, ao trabalhador e ao país.

O Curso Técnico em Contabilidade do IFTM – *Campus* Patrocínio se pauta na busca por uma prática pedagógica interdisciplinar, contextualizada e transdisciplinar, de forma que as marcas das linguagens, das ciências e das tecnologias estejam presentes em todos os componentes, inter cruzando-se e construindo uma rede onde o teórico e o prático, o conceitual e o aplicado, o aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a fazer estejam presentes em todos os momentos.

12. ATIVIDADES ACADÊMICAS

12.1. ESTÁGIO CURRICULAR

O estágio curricular é uma atividade que propicia ao discente a possibilidade de integração entre conhecimentos teóricos e práticos, em tempos e espaços específicos necessários às aprendizagens relativas à sua formação profissional.

De acordo com a Lei 11.788, de 25/09/2008, o estágio caracteriza-se como,

(...) ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

O estágio curricular também pode ser considerado um instrumento de inserção profissional nas relações sociais, econômicas, científicas, políticas e culturais, bem como de adaptação ao mundo do trabalho.

Ao proporcionar o desenvolvimento de competências profissionais e a contextualização curricular, objetiva-se o desenvolvimento do discente para a vida cidadã em situações reais de trabalho. O estágio é também instrumento de interação do IFTM com a

sociedade, ao possibilitar a construção de condutas afetivas, cognitivas e éticas.

Em conformidade com o Art. 4º do Regulamento de Estágio do IFTM, o estágio tem por finalidade:

- a) possibilitar a aquisição de experiência profissional e a correlação teoria-prática, ampliando os conhecimentos do estudante;
- b) ser instrumento de inserção profissional do discente nas relações sociais, econômicas, científicas, políticas e culturais, bem como de adaptação ao mundo do trabalho;
- c) proporcionar o desenvolvimento de competências profissionais e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do discente para a vida cidadã em situações reais de trabalho;
- d) ser instrumento de interação do IFTM com a sociedade;
- e) preparar o discente para o exercício da profissão por meio de atividades práticas em ambiente de trabalho;
- f) possibilitar a construção de condutas afetivas, cognitivas e éticas.(IFTM, 2011)

O Estágio Curricular Obrigatório e o Não-Obrigatório deverão obedecer aos Regulamentos de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, conforme as Resoluções N° 22, de 29 de março de 2011 e N° 138/2011, de 19 de dezembro de 2011, sendo uma atividade essencial à complementação do ensino e da aprendizagem.

12.1.1. Obrigatório

O programa de estágio contempla no mínimo 100 (cem horas) e terá acompanhamento e orientação permanente de um docente orientador podendo ser realizado a partir do terceiro período, de acordo com o proposto neste Projeto Pedagógico de Curso.

Para iniciar as atividades, o discente deverá procurar o docente/coordenador de estágio, solicitar a documentação necessária e iniciar os trâmites legais, sendo que para cada estagiário, o Supervisor de Estágios juntamente com o Coordenador do Curso indicarão um docente orientador, preferencialmente da área objeto do estágio. O docente orientador deverá pertencer ao quadro do IFTM.

Antes e durante o estágio deverão ser programadas reuniões entre o discente e orientador, tendo como objetivos:

- a) Analisar as atribuições e responsabilidades do estagiário no âmbito profissional;
- b) Auxiliar quanto à elaboração do plano de atividade de estágio, de relatórios, quanto à legislação e normas pertinentes ao estágio.

12.1.2. Não Obrigatório
<p>O discente também poderá realizar o estágio não obrigatório ou de enriquecimento da formação profissional, ou seja, aquele que não constitui atividade obrigatória.</p> <p>O estágio não obrigatório é uma atividade opcional, que poderá ser acrescida à carga horária regular e obrigatória, em conformidade com a Resolução nº 138/2011, de 19 de dezembro de 2011 que regulamenta o Estágio não-obrigatório do IFTM.</p>
12.2. Atividades Complementares
<p>Os estudantes serão incentivados a participar de eventos, feiras, apresentações culturais como atividades complementares para enriquecer conhecimentos.</p>
13. INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
13.1. RELAÇÃO COM A PESQUISA
<p>Todos os conteúdos do curso poderão ser objeto de investigação e, desta forma, manter estreita relação com a pesquisa, que é incentivada por meio de editais próprios, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC) e de projetos encaminhados a editais externos, como FAPEMIG, CAPES e CNPq.</p> <p>O IFTM disponibiliza infraestrutura de laboratórios, biblioteca, produção de material, divulgação por meio virtual e incentivo para participação em eventos científicos em todo o país a fim de estimular a pesquisa. Assim, colabora com o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.</p> <p>Anualmente, acontecem “A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)” e o “Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM” que proporcionam aos discentes e pesquisadores a oportunidade de apresentar à comunidade os trabalhos realizados.</p> <p>Através dos trabalhos e projetos de iniciação científica, das disciplinas de Metodologia Científica e Tecnológica, e de Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa revela-se como um instrumento de ensino e conteúdo de aprendizagem, incentivando a atitude investigativa do discente e o uso de procedimentos de metodologia científica.</p>

13.2 RELAÇÃO COM A EXTENSÃO

Os processos educativo, científico e cultural, quando relacionados, potencializam a formação do discente evidenciando que ensino, pesquisa e extensão devem ser articulados de maneira indissociável e viabilizar a relação entre o Instituto e a sociedade.

A relação do ensino e da pesquisa com a extensão inicia-se com a definição e avaliação da relevância social dos conteúdos e dos objetos de estudo traduzidos em projetos de pesquisa, de iniciação científica, seminários, dentre outros. Essas ações estão voltadas à democratização do conhecimento, da ciência, da cultura e das artes, que são socializadas por meio de cursos, eventos, palestras e outras atividades.

As atividades de extensão poderão ser desenvolvidas pelos discentes e docentes do curso, por meio da prestação de serviços à comunidade interna e externa no âmbito das competências previstas na formação do egresso que traduzem a relação de ensino, pesquisa e extensão.

13.3. RELAÇÃO COM OS OUTROS CURSOS DA INSTITUIÇÃO

A integração entre docentes e discentes dos diferentes cursos do IFTM é condição indispensável ao crescimento institucional em nível de organização e essencial à formação de seus estudantes.

A cada semestre são desenvolvidas diferentes ações pelos cursos, que integram as unidades curriculares dos cursos e a comunidade acadêmica de modo a socializar conhecimentos, experiências e saberes.

14. AVALIAÇÃO

14.1. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Conforme define Luckesi (1996, p. 33), avaliar "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Ou seja, avaliar implica em juízo valorativo que expressa qualidade do objeto, obrigando,

consequentemente, a um posicionamento efetivo sobre o mesmo.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem no Curso Técnico em Contabilidade dar-se-á de maneira ampla, contínua, gradual, cooperativa e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos ao longo do processo de aprendizagem.

A avaliação será concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva, processual e formativa, utilizando-se de instrumentos diversificados, como provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, projetos de trabalho, seminários, relatórios de atividades, exercícios, aulas práticas, monografia e outros, a fim de oportunizar uma avaliação adequada aos diferentes objetivos.

O que norteia o exercício da avaliação é a matriz curricular que serve de pano de fundo ao processo de ensino e aprendizagem e, consequentemente, para a avaliação: o que foi planejado e ensinado; que qualidade se espera e se deseja do desempenho dos educandos.

Essa matriz curricular servirá como base para o ensino, para a elaboração de instrumentos de coleta de dados para a avaliação e para a leitura dos dados obtidos além de redirecionar novas ações, caso seja necessário.

Os critérios e os instrumentos de avaliação devem ser esclarecidos aos discentes pelo docente no início de cada unidade curricular, juntamente com a entrega do plano de ensino, observadas as normas estabelecidas neste projeto pedagógico e no Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação, o que deverá acontecer até o 15º (décimo quinto) dia letivo após o início das aulas.

Serão priorizados instrumentos de avaliação estimuladores da autonomia na aprendizagem, que envolvam atividades realizadas individualmente e em grupo e forneçam indicadores satisfatórios que estejam em consonância com os objetivos/competências propostos, predominando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando a construção de conhecimentos e o desenvolvimento para a vida profissional e social.

Durante o semestre/período letivo serão distribuídos 70 pontos em avaliações de conteúdo e 30 pontos em trabalhos e outras atividades, totalizando os 100 pontos em cada unidade curricular.

O resultado final da avaliação, quanto ao alcance de objetivos, é expresso em conceitos com sua respectiva correspondência percentual, de acordo com a tabela abaixo:

Conceito	Percentual (%)
----------	----------------

A	De 90 a 100
B	De 70 a 89
C	De 60 a 69
R	De 0 a 59

O número de atividades de avaliação a ser aplicado no período letivo deverá ser de, no mínimo, 03 (três) para cada unidade curricular, não sendo permitido um valor superior a 40% do total de pontos distribuídos no respectivo período, em cada atividade avaliativa.

A frequência às atividades escolares é obrigatória, sendo considerado reprovado o discente que atingir acima de 25% de infrequência compreendendo aulas teóricas e/ou práticas.

Será aprovado na unidade curricular o discente que obtiver o mínimo de 75% de frequência às aulas e que obtenha, no mínimo, o conceito C.

O discente reprovado em uma ou mais unidades curriculares num mesmo semestre/período ou cumulativamente ao longo do curso deverá matricular-se preferencialmente nas unidades em que estiver retido. A matrícula, no mesmo semestre, em outras unidades curriculares só ocorrerá mediante aceite e orientação favorável da Coordenação do Curso.

O IFTM – Campus Patrocínio proporcionará, em todas as unidades curriculares, estudos de recuperação como estratégia pedagógica oferecida aos educandos de rendimento insuficiente, proporcionando-lhes oportunidade de superá-las. Esta por sua vez, deverá ser ofertada de forma paralela e contínua ao período letivo, sem prejuízo à carga horária semestral mínima prevista no Projeto Pedagógico do Curso e na legislação vigente. À medida que se constate a insuficiência do aproveitamento e/ou aprendizagem do educando, o docente deverá propor atividades, estratégias e técnicas de ensino diferenciadas visando à superação das dificuldades apresentadas pelos educandos.

A recuperação da nota/conceito será realizada por unidade curricular, por meio de uma avaliação final, no valor de 70 pontos, aplicada na última semana do semestre/período letivo e somente para os discentes que não obtiveram no mínimo o conceito C. Será considerado aprovado o discente que, somados os pontos referentes à avaliação final e os pontos referentes aos trabalhos e outras atividades, obtiver nota superior ou igual a 60.

Para os discentes que, após avaliação final, conseguirem aprovação, deverá ser registrado como nota final da unidade curricular, independente da avaliação final, o valor de 60 pontos. O discente que não conseguir aprovação, a nota anterior será mantida.

Ao discente que, por qualquer motivo não participar da avaliação de recuperação, não será oferecida nova oportunidade, exceto nos casos previstos em Lei.

O discente promovido para o período/semestre subsequente, com reprovação em alguma unidade curricular, deverá cursá-la em regime de dependência, em conformidade com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação do IFTM e Orientação Normativa PROEN nº 01/2012, que estabelece orientações para estudos em regime de dependência.

14.2. AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação é um processo cíclico de análise, interpretação e síntese que visa o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do ensino, da aprendizagem e da gestão do curso e da própria instituição, com a finalidade de dar continuidade ao processo de reflexão enquanto instituição comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Assim, a autoavaliação implica recorrer, sistematicamente, a processos de acompanhamento e avaliação das atividades implementadas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, valorizando a interdisciplinaridade. Tais processos são fundamentais para a condução da vida acadêmica e para, conseqüentemente, garantir a oferta de uma educação com qualidade, pois essa é uma condição *sine qua non* para a promoção de uma sociedade mais justa e democrática.

A avaliação interna do curso ocorrerá anualmente, por meio da aplicação de questionários, averiguações *in loco* com debates e reuniões, dentre outros mecanismos. Tal avaliação será conduzida pela Coordenação de Curso com a participação de docentes e discentes.

Além desses mecanismos estabelecidos no âmbito do Curso Técnico em Contabilidade, o IFTM realiza sistematicamente o processo de autoavaliação institucional, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), existente em cada *campus*, sob a coordenação direta da Reitoria.

Os resultados da autoavaliação institucional geram possibilidades concretas para que a Coordenação, Colegiado de Curso e a Gestão do IFTM reúnam informações e, com base nesse diagnóstico da realidade institucional, estabeleçam metas, objetivos e estratégias para a melhoria e avanço do curso e da instituição como um todo. Esses resultados têm a finalidade, ainda, de mostrar à sociedade e à própria comunidade acadêmica, o papel social do Instituto

refletido na qualidade do ensino que desenvolve, além de subsidiar a instituição para o atendimento, de maneira satisfatória, às exigências legais e a sua missão.

15. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Entende-se por aproveitamento de estudos o processo de reconhecimento de saberes/conhecimentos abordados nas unidades curriculares, competências ou módulos cursados em uma habilitação específica.

O Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do IFTM em seu Capítulo IV regulamenta o aproveitamento de estudos, que poderá ser requerido para unidades curriculares concluídas com aprovação. Dar-se-á após análise do processo, com base no parecer do Coordenador de Curso, respeitado o mínimo de 75% de similaridade dos conteúdos e da carga horária da(s) unidade(s) curricular(es) do curso pretendido, além de atender integralmente os demais requisitos que constam no referido regulamento.

O discente matriculado, interessado em solicitar o aproveitamento de estudos, preencherá um formulário junto à Coordenação de Registro e Controle Acadêmico - CRCA, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, sendo que esta encaminhará no prazo de 05 (cinco) dias ao coordenador do curso para as devidas providências.

O estudo da equivalência da(s) unidade(s) curricular(es), será feito pelo Coordenador do Curso, podendo solicitar parecer do docente da referida unidade curricular, observando a compatibilidade de carga horária, bases científico-tecnológicas e o tempo decorrido da conclusão da(s) unidade(s) curricular(es) e a solicitação pretendida. Caso o Coordenador do Curso julgue necessário, poderá ser solicitada ao discente a realização de complementação de carga horária e/ou de conteúdo.

O discente deverá apresentar os documentos devidamente autenticados e assinados pela Instituição de origem.

No caso de documentos oriundos de instituições estrangeiras, os mesmos deverão ter traduções oficiais, devidamente autenticados pela autoridade consular brasileira, e o curso deverá ter equivalência com os inseridos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica- SISTEC, aprovado por instituição autorizada pelo MEC para tal fim.

16. ATENDIMENTO AO DISCENTE

Tendo em vista os desafios do mundo contemporâneo é imperativo que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Patrocínio planeje ações no sentido de minimizar as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem dos discentes que possibilitem à Instituição cumprir a sua missão diante das exigências e da complexidade da atual sociedade.

Para tanto, é necessário o rompimento com velhos paradigmas, articulando todos os profissionais do IFTM em torno do cumprimento de metas para que seja concretizado um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz e que contribua para o sucesso escolar dos discentes.

Nesse sentido, o objetivo é implementar ações que culminem, ao final do período letivo, em resultados concretos e positivos para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem ministrado na instituição.

Essas ações compreendem a Monitoria, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, o Programa de Assistência Estudantil e o Programa de Ações Afirmativas, dentre outras.

16.1. HORÁRIOS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Os docentes reservam, durante a semana, um tempo para atendimento aos discentes fora dos horários regulares de aulas. Na ocasião, prestam suporte individualizado aos discentes que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem e possibilitam, aos discentes com melhor rendimento, o aprofundamento dos conteúdos ministrados em sala de aula, criando as condições para que todos tenham acesso ao saber e ao patrimônio cultural produzido historicamente.

16.2. MONITORIA

O Programa de Monitoria do IFTM é uma estratégia institucional que objetiva a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos ofertados pelo IFTM, em cada um dos seus *Campi*.

Conforme Resolução nº 49, de 27 de agosto de 2013, que versa sobre o Regulamento

de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, em seu artigo 3º, a monitoria,

(...) é uma atividade acadêmica de âmbito institucional, exercida por discentes regularmente matriculados e diretamente supervisionados por professores orientadores, visando contribuir para a qualidade do ensino nos cursos do IFTM e promover a cooperação entre docentes e discentes. (UFTM, 2013a)

A relevância da monitoria nas disciplinas está vinculada à contribuição oferecida aos discentes monitorados e aos ganhos intelectuais para o próprio monitor (NASCIMENTO, 2015), o que melhora o rendimento técnico, científico e pedagógico dos discentes nas atividades acadêmicas e proporcionam oportunidades para que dificuldades sejam superadas.

16.3. GRUPOS DE ESTUDOS ESPECIAIS

Os Grupos de Estudos Especiais são implementados pelos docentes das unidades curriculares e possibilitam a recuperação de conteúdos não assimilados, por meio do emprego de estratégias de ensino que promovam a apreensão desses conhecimentos, tendo como prioridade o aprendizado dos discentes que convivem no espaço escolar do IFTM – *Campus Patrocínio*.

16.4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Programa de Assistência Estudantil do IFTM concede os benefícios de “Auxílio Estudantil” e “Assistência Estudantil” com vistas à promoção do desenvolvimento humano, apoio à formação acadêmica e garantia da permanência dos discentes nos seus cursos regulares. O Programa busca favorecer o êxito no percurso formativo e a inserção socioprofissional.

A Resolução “*ad referendum*” nº 02, de 29 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no artigo 2º, conceitua “Auxílio Estudantil” e “Assistência Estudantil” da seguinte forma:

§ 1º. Por Auxílio Estudantil é entendido o apoio a estudantes, financeiro ou não, para atenção à saúde biopsicossocial e acessibilidade, concessão de alojamento nos campi e participação em atividades ou eventos acadêmicos de caráter técnico, científico, esportivo ou cultural e pagamento de seguros.

§ 2º. Por Assistência Estudantil é entendido o apoio financeiro concedido a estudante,

sem contrapartida para a instituição, para garantia de sua permanência nos estudos.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, aplicado no âmbito do Ministério da Educação, visa democratizar a permanência de discentes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

O Pnaes tem o propósito de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais para a conclusão do ensino superior, diminuir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social por intermédio da educação (BRASIL, 2015).

16.5. PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

O Programa de Ações Afirmativas do IFTM visa contribuir para a diminuição das desigualdades sociais que afastam grupos sociais excluídos do ensino de qualidade.

A Resolução nº 39, de 26 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, institui no artigo 3º que o objetivo desse Programa é:

oferecer condições diferenciadas de acesso aos cursos, permanência e sucesso escolar aos estratos socioeconômicos mais desprivilegiados, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (IFTM, 2012)

A democratização da educação não se restringe ao acesso à escola. Embora esse seja o ponto de partida para que ocorra a democratização, é indispensável, igualmente, assegurar que os discentes ingressantes nesta Instituição Educacional tenham oportunidades de permanecer com sucesso. “Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade” (CONAE, 2010, p. 45).

17. COORDENAÇÃO DE CURSO

A coordenação do curso desempenha atividades inerentes às exigências do curso e aos objetivos e compromissos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Em consonância com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do IFTM, são atribuições da Coordenação de Curso:

- I. cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas do Conselho Superior, Reitoria e Pró-Reitorias, Direção Geral do Campus e do Colegiado de Curso;
 - II. realizar o acompanhamento e avaliação dos cursos em conjunto com a equipe pedagógica;
 - III. orientar os discentes quanto à matrícula e integralização do curso;
 - IV. analisar e emitir parecer sobre alterações curriculares encaminhando-as aos órgãos competentes;
 - V. pronunciar sobre aproveitamento de estudo e adaptação de discentes subsidiando o Colegiado de Curso, quando for o caso;
 - VI. participar da elaboração do calendário acadêmico;
 - VII. elaborar o horário do curso em articulação com as demais coordenações;
 - VIII. convocar e presidir reuniões do curso e /ou Colegiado;
 - IX. orientar e acompanhar, em conjunto com a equipe pedagógica, o planejamento e desenvolvimento das unidades curriculares, atividades acadêmicas e desempenho dos estudantes;
 - X. promover avaliações periódicas do curso em articulação com a Comissão Própria de Avaliação - CPA e com a equipe pedagógica;
 - XI. representar o curso junto a órgãos, conselhos, eventos e outros, internos e externos à instituição;
 - XII. coordenar, em conjunto com a equipe pedagógica, o processo de elaboração, execução e atualização do Projeto Pedagógico do Curso;
 - XIII. analisar, aprovar e acompanhar, em conjunto com a equipe pedagógica, os planos de ensino das unidades curriculares do curso;
 - XIV. incentivar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
 - XV. analisar e emitir parecer sobre a aceitação de matrículas de discentes transferidos ou desistentes, de acordo com as normas vigentes;
 - XVI. participar do planejamento e do acompanhamento das atividades acadêmicas previstas no Projeto Pedagógico do Curso;
 - XVII. participar e apoiar a organização de atividades extraclasse inerentes ao curso (palestras, seminários, simpósios, cursos, dentre outras);
 - XVIII. participar da organização e implementação de estratégias de divulgação da instituição e do curso;
 - XIX. atuar de forma integrada com a Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA);
 - XX. implementar ações de atualização do acervo bibliográfico e laboratórios específicos do curso bem como sua manutenção;
 - XXI. solicitar material didático-pedagógico;
 - XXII. participar do processo de seleção dos docentes que irão atuar no curso;
 - XXIII. acompanhar e apoiar o planejamento e a condução do estágio supervisionado dos estudantes, em conjunto com a coordenação de estágio e setores competentes;
 - XXIV. estimular, em conjunto com a equipe pedagógica, a formação continuada de professores;
 - XXV. participar, em conjunto com a equipe pedagógica, da construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.
- Quanto aos aspectos físicos, a coordenação conta com sala, equipamento de

informática e mobiliário para o desenvolvimento de suas atividades e arquivamento de material próprio.

17.1. EQUIPE DE APOIO, ATRIBUIÇÕES E ORGANIZAÇÃO.

Para a realização de um trabalho pedagógico eficiente, visando o alcance dos objetivos propostos, faz-se necessária a articulação das equipes voltadas para a organização administrativa e didático-pedagógica dos cursos.

No Curso Técnico em Contabilidade as ações são efetivadas por meio das deliberações do Colegiado de Curso, da orientação e acompanhamento do Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP, bem como da realização de atividades pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI e da Coordenação de Estágio, no intuito de implementar a proposta curricular constante desse PPC.

O IFTM - Campus Patrocínio dispõe, ainda, de um Núcleo de Atendimento a Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE.

17.1.1. Colegiado de Curso

Conforme o Regulamento do Colegiado dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, “Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, normativo, técnico-consultivo e de assessoramento no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão, tendo por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, propor alterações do currículo, planejar e avaliar atividades acadêmicas do curso (...)”. (IFTM, 2011)

No Curso Técnico em Contabilidade o Colegiado de Curso desempenha o papel de, junto ao coordenador do curso, acompanhar o desenvolvimento das ações previstas para o curso, de acordo com o que postula seu PPC, revendo-as sempre que necessário.

Em conformidade com a Resolução 131/2011, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Colegiado dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro são atribuições do Colegiado de Curso:

- I. cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas do Conselho Superior, Reitoria e Pró-Reitorias e Direção Geral do campus;
- II. homologar, no início do período letivo, os planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-os com o Projeto Pedagógico do Curso;

- III. promover sistematicamente e periodicamente avaliações do curso;
- IV. propor medidas para o aperfeiçoamento e integração do ensino, pesquisa, extensão e gestão do curso, tendo como referência os resultados da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- V. propor medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógicas necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso no âmbito de cada campus;
- VI. analisar e definir a oferta de novas vagas e de vagas remanescentes do curso, para cada período letivo, e encaminhá-la à diretoria de ensino, dentro do prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- VII. estabelecer equivalências de estudos e indicar as disciplinas a serem adaptadas ou dispensadas, em casos de aproveitamentos de estudos;
- VIII. analisar e dar parecer nos casos encaminhados pela coordenação de curso em que o discente requerer revisão do resultado de aproveitamento de estudos;
- IX. aprovar o plano e o relatório anual de atividades do Colegiado elaborado pelo presidente, para envio à Diretoria de Ensino, ou órgão equivalente, para divulgação institucional;
- X. aprovar a programação periódica e propor datas e eventos do curso para o calendário acadêmico;
- XI. analisar e aprovar planos de aplicação de recursos postos à disposição do curso ou por agências financiadoras externas, apresentados pelo Coordenador;
- XII. decidir sobre os pedidos de prorrogação de prazo;
- XIII. deliberar sobre as solicitações de dilação de prazo para integralização do curso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da solicitação do estudante, respeitadas as normas vigentes;
- XIV. propor à diretoria de ensino ou equivalente, a possibilidade de aprovação da oferta de unidades curriculares em caráter especial ou optativa, de acordo com proposta apresentada pela coordenação do curso e regulamentação didático-pedagógica;
- XV. analisar as solicitações dos discentes nos casos de desligamentos, por motivos previstos na regulamentação da organização didático-pedagógica dos cursos do IFTM;
- XVI. propor convênios, normas, procedimentos e ações que permitam a melhoria da qualidade do curso e sua integração com a comunidade;
- XVII. deliberar sobre requerimentos de discentes no âmbito de suas competências;
- XVIII. deliberar sobre transferências *ex-officio*;
- XIX. constituir comissões de assessoramento e apoio à coordenação, para o desenvolvimento de projetos e programas específicos relacionados à área acadêmica;
- XX. exercer as demais funções que lhe sejam previstas em lei, no Regimento Geral e Regulamentações aprovadas pelo Conselho Superior.

17.1.2. Estágio

As atividades de estágio podem ser compreendidas como uma possibilidade de enriquecimento curricular e aperfeiçoamento profissional por meio de ações que propiciam a integração entre teoria e prática, pelo discente.

De acordo com o artigo 2º do Regulamento de Estágio do IFTM fundamentado pela

Lei nº 11.788/2008,

O estágio caracteriza-se como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (IFTM, 2011)

Ainda, e em consonância com o mesmo regulamento as atividades de estágio tem como finalidades:

- I. possibilitar a aquisição de experiência profissional e a correlação teoria-prática, ampliando os conhecimentos do estudante;
- II. ser instrumento de inserção profissional do discente nas relações sociais, econômicas, científicas, políticas e culturais, bem como de adaptação ao mundo do trabalho;
- III. proporcionar o desenvolvimento de competências profissionais e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do discente para a vida cidadã em situações reais de trabalho;
- IV. ser instrumento de interação do IFTM com a sociedade;
- V. preparar o discente para o exercício da profissão por meio de atividades práticas em ambiente de trabalho;
- VI. possibilitar a construção de condutas afetivas, cognitivas e éticas.

As atividades de Estágio no IFTM – *Campus* Patrocínio conta com um docente que exerce a função de coordenador, articulando todas as ações necessárias à concretização das referidas atividades, com o apoio de todo o corpo docente, uma vez que cada discente/estagiário conta com um docente orientador e um docente supervisor de estágio.

17.1.3. Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP

A dimensão pedagógica abrange as ações de orientação, acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, visando à concretização da proposta pedagógica do curso assegurada em seu PPC.

Em consonância com o Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico dos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – NAP/IFTM, o NAP é um setor de apoio e assessoramento didático-pedagógico à Direção de Ensino, à Coordenação Geral de Ensino ou equivalentes, às coordenações de cursos, aos docentes e aos discentes em todos os processos de ensino e aprendizagem, visando assegurar a implementação das políticas e diretrizes educacionais dos diferentes níveis/modalidades de ensino.

Ainda de acordo com o mesmo regulamento são atribuições da Equipe Pedagógica:

- I. Participar da elaboração e execução do Projeto Pedagógico Institucional;
- II. Participar da elaboração do Plano de Ação Pedagógico Anual, em conjunto com a Diretoria de Ensino;
- III. Participar da elaboração, implementação e avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- IV. Coordenar, acompanhar, assessorar, apoiar e avaliar as atividades pedagógico-curriculares;
- V. Acompanhar e participar do processo de ensino e aprendizagem, orientando pedagogicamente a elaboração de planos de ensino, avaliação da aprendizagem e projetos pedagógicos;
- VI. Analisar, ao longo do período letivo e em conjunto com o corpo docente, os dados quantitativos e qualitativos referentes ao rendimento escolar dos discentes bem como dados referentes à movimentação escolar, tais como: transferências, cancelamentos e trancamentos elaborando relatórios com o objetivo de redirecionar as práticas pedagógicas, visando à permanência e o sucesso escolar dos discentes;
- VII. Estimular, em conjunto com os Coordenadores de Curso, atividades de estudo e pesquisa na área educacional, promovendo o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação;
- VIII. Sugerir e elaborar programas de formação continuada para docentes, em consonância com suas necessidades e interesses;
- IX. Promover o intercâmbio de experiências didático-pedagógicas, o incentivo a novas sugestões e sua socialização, a pesquisa e a reflexão crítica das ações relacionadas ao processo do ensinar e aprender;
- X. Participar de programas de formação continuada, encontros, congressos e seminários na área educacional e de grupos de estudo, socializando com o corpo docente;
- XI. Acompanhar as mudanças que ocorrerem no âmbito dos assuntos educacionais, sobretudo em termos de publicações legais, divulgando-as;
- XII. Participar do processo de seleção de professores;
- XIII. Solicitar, em conjunto com os coordenadores de cursos, a aquisição de livros e assinatura de periódicos na área pedagógica e/ou em áreas específicas visando ao aprimoramento e enriquecimento do processo educacional;
- XIV. Participar de conselhos e atividades que envolvam o processo educativo;
- XV. Participar, em conjunto com os Coordenadores de Curso, da elaboração do Calendário Acadêmico e cronograma de atividades pedagógicas;
- XVI. Inteirar-se quanto aos recursos existentes na Instituição divulgando-os aos docentes para que possam promover o enriquecimento do processo pedagógico;
- XVII. Participar e colaborar na elaboração e desenvolvimento do Plano de Qualificação Institucional e Programa de Apoio Discente articulados com seus respectivos setores responsáveis;
- XVIII. Desenvolver ações articuladas com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a finalidade de integrar ações;
- XIX. Integrar-se aos demais serviços e setores da comunidade educativa, em especial Coordenadores de Curso e Coordenadorias de Atendimento e Apoio aos Educandos, respeitando a especificidade de cada um;
- XX. Participar, em conjunto com os coordenadores de curso, da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- XXI. Articular, em conjunto com os setores competentes (psicólogo, assistente social, núcleo de apoio ao educando), na elaboração de itens para o atendimento ao discente

no que se refere à parte pedagógica. (IFTM, 2013)

17.1.4. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas implementa, no âmbito do IFTM, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Segundo a Resolução nº 43, de 26 de novembro de 2012, que dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no parágrafo 1º do artigo 2º, o NEABI/IFTM:

(...) deverá organizar atividades que contemplem os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil.

Esse Núcleo pauta-se na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente dos negros, afrodescendentes e indígenas.

17.1.5 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFTM tem como propósito assegurar condições para o ingresso, a permanência e o sucesso escolar dos discentes com necessidades educacionais específicas (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento).

A Resolução nº 42, de 26 de novembro de 2012, que dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, estabelece no artigo 1º, parágrafo 2º, que esse Núcleo:

(...) promoverá, em conjunto com os demais setores do IFTM, suporte técnico, científico, acadêmico e pedagógico necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área da educação especial e inclusiva, sob a perspectiva da cultura da diversidade humana.

O NAPNE identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para o pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, propõe ações que se voltam para a flexibilização desse processo, atendendo as diferenças individuais dos discentes de acordo com as possibilidades de cada um.

O atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas, cuja meta principal é assegurar condições para o ingresso e a permanência deles na Instituição, propõe ações que se voltam para a flexibilização do processo ensino-aprendizagem de modo a atender às diferenças individuais, como também a adoção de currículos abertos e de propostas curriculares diversificadas para atender a todos e propiciar o progresso de cada um em função das possibilidades e diferenças individuais.

Oferta-se também, subsídios aos docentes para a realização dessa tarefa, por meio de estudos de documentos, sugestões de leituras, dinâmicas organizadas pelo Setor de Ensino e reuniões com a equipe escolar, além do envolvimento de toda comunidade escolar no processo de inclusão intermediada pela Equipe de Apoio Técnico Pedagógico.

No *Campus*, serão acompanhadas e apoiadas todas as ações que busquem atender adequadamente as pessoas com necessidades educacionais específicas.

18. CORPO DOCENTE DO CURSO

Nº	Docente	Título	Área de Concentração	Regime de Trabalho
01	Alberto de Magalhães Franco Filho	Mestre	Direito	D.E
02	Eloisa Elena R. R. da Silva	Doutora	Linguística	D.E
03	Franciele Marques Peres	Especialista	Ciências Contábeis	D.E
04	Guilherme de Freitas Borges	Mestre	Ciências Contábeis	D.E
05	José Geraldo F. P. de Souza	Mestre	Ciências Contábeis	40h
06	Laila Lidiane da Costa Galvão	Especialista	Gestão	D.E
07	Ana Lúcia Araújo Borges	Mestre	Gestão	D.E.
08	Rafaela Cardoso Alves Portilho	Mestre	Matemática	D.E

09	Antônio Junior de Oliveira	Mestre	Matemática	D.E
10	Dênis Henrique de Deus Lima	Especialista	Informática	40h

19. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Nível Superior			Nível Intermediário			Nível de Apoio		
20 h	30 h	40 h	20 h	30 h	40 h	20 h	30 h	40 h
	05	05			09		01	03

19.1. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Título	Quantidade
Especialista	15
Aperfeiçoamento	-
Graduação	3
Médio Completo	5
Total de servidores	23

20. AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO

20.1. SALAS: DE AULA/PROFESSORES/AUDITÓRIO/REUNIÃO/GINÁSIO/OUTROS

Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Auditório (capacidade para 250 pessoas)	01	301
Banheiros	02	18,7
Banheiros	02	12
Banheiros	02	8
Biblioteca	01	54
Laboratórios	05	54
Laboratórios	02	35
Sala de docentes	01	95,91
Salas de aula	05	54
Sala de coordenações	01	35

Sala do NAP	01	35
Sala de Assistência ao Educando	01	9,68
Sala do CRCA	01	30,58
Reprografia	01	4
Sala de Pesquisa	01	25
Auditório (capacidade para 250 pessoas)	01	301
Banheiros	02	18,7
Banheiros	02	12

20. 2. BIBLIOTECA

O IFTM *Campus* Patrocínio oferece uma biblioteca aos discentes, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis à sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizado em livros e outras fontes de informação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos discentes para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, a importância a ser dada à Biblioteca, a qual disponibiliza acesso às bases de dados ricas em fontes de pesquisa e consulta ao acervo por meio do Software Gnuteca.

A biblioteca, inaugurada em 2013, possui um plano de expansão e desenvolvimento de acervo. Ele contempla as ampliações integrando os recursos informacionais, serviços, recursos humanos, recursos materiais e recursos físicos de forma a levar um serviço de qualidade e que atenda às necessidades de todos os setores, seja administrativo, docente e/ou discente. Esse plano de expansão, também contempla a construção de uma nova estrutura física para a biblioteca, prevista para 2017 e inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Para ampliação da biblioteca, enfatiza-se a elaboração de um projeto, que contempla a construção de um prédio exclusivo, com dois pavimentos sendo o 1º andar destinado ao atendimento ao público, estudos em grupo, computadores para consultas ao acervo e setor de periódicos, banheiros, sala da coordenação, acervo bibliográfico, periódicos e armários individuais para armazenar os pertences dos discentes usuários da biblioteca. O 2º andar contará com sala de estudo em grupo, cabines para estudo individual, além de sistema de segurança do acervo.

Atualmente a Biblioteca conta com mais de R\$ 235.000,00 em livros destinados aos cursos Técnicos em Eletrônica, Administração, Manutenção e Suporte em Informática, Contabilidade, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnólogo em Gestão

Comercial. Ela é composta de livros e revistas vinculados aos cursos técnicos e superiores. A biblioteca também é composta de computadores para consulta ao acervo, publicações on-line e pesquisas vinculadas aos cursos. Mesas de estudo em grupo são disponibilizadas para que os discentes possam usufruir e consultar o acervo in loco. A sala apresenta climatização e acesso a rede sem fio visando melhor conforto aos usuários.

A tabela a seguir numera o acervo da biblioteca.

TIPO DE EXEMPLAR	QUANTIDADE
Livros	3369
Periódicos	12
Revistas Informatizadas	04
Jornais	01
Obras de referência	49
Vídeos	0
DVD	06
CD-ROM	244
Assinaturas eletrônicas	00
Outros	Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES

O *Campus* Patrocínio conta com a assessoria técnica de uma bibliotecária e um servidor Auxiliar de Biblioteca, pertencentes ao seu quadro de pessoal efetivo.

Além da infraestrutura apresentada, a direção do IFTM *Campus* Patrocínio acordou junto a Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio (FUNCEP), mantenedora do Centro Universitário do Cerrado (UNICERP) a utilização da “Biblioteca Olímpio Garcia Brandão”, para consulta local ao acervo de periódicos e obras de referência.

20.3. LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL

Ambiente	Laboratório 1	
Item	Especificação	Quantidade
1	HARDWARE: Dell OptiPlex 790 – Processador Intel Core I5 de 3.1Ghz; 4 GB de Memória RAM DDR3; 250GB de HD; Driver Ótico. SOFTWARE: AutoCad 2013; AutoCad Electrical 2013; VirtualBox; LibreOffice 4.04; Office starter 2010; Android SDK tools; Apache Tomcat; Corona SDK; Gimp 2; EWB; Inkscape; Adobe Reader; Dev C++; OrCAD 16.5; Plano de Negócio; Circuit Maker; Cod Blocks; EasyPHP; FireBird; Forts AC; Google Chrome; Mozilla Firefox; MPLAB-Microchip; Miktex Texmaker; NetBeans; Notepad++; Scilab 5.3; VLC; WinRar; Deep Freeze 7.22; MySQL;	11

	Eclipse; Protheus 7; MPLAB.·U90 Ladder.	
2	Quadro Branco	01
3	Bancadas antiestática - com filtro a linha com 12 tomadas	06
4	Switch – MRV – MR2228 – 52C 24 portas	01

Ambiente Laboratório 2		
Item	Especificação	Quantidade
1	HARDWARE: Dell OptiPlex 790 – Processador Intel Core I5 de 3.1Ghz; 4 GB de Memória RAM DDR3; 250GB de HD; Driver Ótico. SOFTWARE: AutoCad 2013; AutoCad Electrical 2013; VirtualBox; LibreOffice 4.04;·Office starter 2010;·Android SDK tools; Apache Tomcat;·Corona SDK;·Gimp 2;·EWB;·Inkscape; Adobe Reader; Dev C++; OrCAD 16.5;·Plano de Negócio;·Circuit Maker;·Cod Blocks;·EasyPHP; FireBird;·Forts AC;·Google Chrome;·Mozilla Firefox;·MPLAB-Microchip; Miktex Texmaker; NetBeans;·Notepad++; Scilab 5.3; VLC;·WinRar; Deep Freeze 7.22;·MySQL; Eclipse; Protheus 7; MPLAB.·U90 Ladder.	13
2	Quadro Branco	01
3	Bancadas antiestática - com filtro a linha com 12 tomadas	06
4	Switch – MRV – MR2228 – 52C 24 portas	01
5	Televisão de 29' gradient	01

Ambiente Laboratório 4		
Item	Especificação	Quantidade
1	HARDWARE: Dell OptiPlex 780 – Processador Intel Core 2 Duo de 3.0Ghz; 4 GB de Memória RAM DDR3; 250GB de HD, sendo algumas com HD de 160GB; Driver Ótico. SOFTWARE: AutoCad 2013; AutoCad Electrical 2013; VirtualBox; LibreOffice 4.04;·Office starter 2010;·Android SDK tools; Apache Tomcat;·Corona SDK;·Gimp 2;·EWB;·Inkscape; Adobe Reader; Dev C++; OrCAD 16.5;·Plano de Negócio;·Circuit Maker;·Cod Blocks;·EasyPHP; FireBird;·Forts AC;·Google Chrome;·Mozilla Firefox;·MPLAB-Microchip; Miktex Texmaker; NetBeans;·Notepad++; Scilab 5.3; VLC;·WinRar; Deep Freeze 7.22;·MySQL; Eclipse; Protheus 7; MPLAB.·U90 Ladder.	16
2	Estabilizador	08
3	Switch – MRV – MR2228 – 52C 24 portas	01
4	Quadro Branco	01
5	Painel para data show	01

Ambiente Laboratório 5		
Item	Especificação	Quantidade
1	HARDWARE: Dell OptiPlex 780 – Processador Intel Core 2 Duo de 3.0Ghz; 4 GB de Memória RAM DDR3; 250GB de HD, sendo algumas com HD de 160GB; Driver Ótico. SOFTWARE: AutoCad 2013; AutoCad Electrical 2013; VirtualBox; LibreOffice 4.04; Office starter 2010; Android SDK tools; Apache Tomcat; Corona SDK; Gimp 2; EWB; Inkscape; Adobe Reader; Dev C++; OrCAD 16.5; Plano de Negócio; Circuit Maker; Cod Blocks; EasyPHP; FireBird; Forts AC; Google Chrome; Mozilla Firefox; MPLAB-Microchip; Miktex Texmaker; NetBeans; Notepad++; Scilab 5.3; VLC; WinRar; Deep Freeze 7.22; MySQL; Eclipse; Protheus 7; MPLAB. U90 Ladder.	16
2	Estabilizador	08
3	Switch – MRV – MR2228 – 52C 24 portas	01
4	Quadro Branco	01
5	Painel para data show	01

Ambiente Laboratório 6		
Item	Especificação	Quantidade
1	HARDWARE: Dell OptiPlex 780 – Processador Intel Core 2 Duo de 3.0Ghz; 4 GB de Memória RAM DDR3; 250GB de HD, sendo algumas com HD de 160GB; Driver Ótico. SOFTWARE: AutoCad 2013; AutoCad Electrical 2013; VirtualBox; LibreOffice 4.04; Office starter 2010; Android SDK tools; Apache Tomcat; Corona SDK; Gimp 2; EWB; Inkscape; Adobe Reader; Dev C++; OrCAD 16.5; Plano de Negócio; Circuit Maker; Cod Blocks; EasyPHP; FireBird; Forts AC; Google Chrome; Mozilla Firefox; MPLAB-Microchip; Miktex Texmaker; NetBeans; Notepad++; Scilab 5.3; VLC; WinRar; Deep Freeze 7.22; MySQL; Eclipse; Protheus 7; MPLAB. U90 Ladder.	16
2	Estabilizador	08
3	Switch – MRV – MR2228 – 52C 24 portas	01
4	Quadro Branco	01
5	Painel para data show	01

21. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Os recursos didáticos se constituem em ferramentas passíveis de serem utilizadas pelos docentes ao realizar suas ações educativas, no decorrer do período letivo, visando o aprimoramento do processo ensino e aprendizagem. Estes recursos cumprem a função de mediação neste processo. Portanto, eles sozinhos não garantem a aprendizagem. É preciso que estejam integrados ao processo de ensino e aprendizagem, o que requer clareza do conteúdo a ser trabalhado.

A utilização de recursos didáticos só se torna uma ação significativa para a ação docente quando estes são compreendidos pelos discentes como componentes de apoio à construção do conhecimento. Desse modo, os recursos didáticos poderão contribuir para uma atitude profissional docente criadora e inovadora que propicie a experimentação de novas situações de ensino e aprendizagem no contexto da sala de aula.

O IFTM – *Campus* Patrocínio disponibiliza aos docentes recursos didáticos atualizados que possibilitam a realização do trabalho docente de forma diversificada visando atender as necessidades de aprendizagem dos discentes, considerando suas particularidades.

Item	Quantidade
Câmera fotográfica digital	02
Projektor Multimídia	25
Retroprojektor	01
Televisor	01
DVD	07
Auditório central para 250 pessoas	01
Aparelho de som completo para Auditório	01
Equipamento de Videoconferência	01
Filmadora Portátil	03
Lousa Digital	04
Tablets	20
Tela de projeção fixa	01
Tela de projeção retrátil	06
Tela de projeção retrátil 180x180	01
TV 14	01
TV 20	01
TV 29	03

22. DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Conforme estabelecido na legislação vigente, “cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com especificações cabíveis”. (BRASIL, 1996)

Os certificados de qualificação técnica indicam o título da ocupação certificada. Os certificados de técnico indicam o correspondente título de técnico na respectiva habilitação profissional, mencionando a área a que se vincula.

Ao discente que não apresentar o certificado de conclusão de ensino médio, será conferido apenas o Certificado de Qualificação Profissional.

Os históricos escolares, que acompanham os certificados e diplomas, deverão explicitar, também, as competências definidas no perfil profissional de conclusão do curso.

Após a conclusão de todas as unidades curriculares previstas na Matriz Curricular do Curso Técnico em Contabilidade, a finalização das atividades de estágio curricular obrigatório supervisionado, em conformidade com este Projeto Pedagógico de Curso, e a apresentação do certificado de conclusão do ensino médio, o discente terá direito a receber o **Diploma de Técnico em Contabilidade**.

Os documentos referentes à vida acadêmica e conclusão de atividades e cursos serão emitidos pela CRCA, conforme normas estabelecidas no Regulamento da organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do IFTM.

23. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 04 mai. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 17/1997**. Institui as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional, Brasília, DF, 03 dez. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb_017_07.pdf>. Acesso em 04 mai. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf. Acesso em 19 nov. 2015

_____. **Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 jul. 2004. Disponível em:
<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=18&data=26/07/2004>>. Acesso em 04 mai. 2010.

_____. **Decreto N° 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em 19 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.** Atualiza as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol1_3fev_2005.pdf> . Acesso em 04 mai. 2010.

_____. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm> acesso em 04 nov. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 03, de 27 de março de 2008.** Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em:
http://catalogonct.mec.gov.br/et_controle_processos_industriais/t_eletrotecnica.php Acesso em 04 out. 2010.

_____. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm Acesso em 23 nov. 2015.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica. Brasília, DF, 16 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em 04 mai. 2010.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 07, de 04 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE004_2010.pdf Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Parecer CNE/CEB nº. 05, de 04 de maio de 2011.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015

_____. **Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Parecer CNE/CP Nº. 08, de 06 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-ppc008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-ppc014-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 19 nov. 2015.

_____. **Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em 19 nov. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Decreto-lei 9.295, de 27 de maio de 1946.** Cria o Conselho Federal de Contabilidade e define as atribuições do contador e do técnico em Contabilidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del9295.htm> Acesso em 10 jun. 2011.

_____. **Resolução CFC Nº 803/1996.** Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res803.htm> Acesso em 19 nov. 2015.

IFTM. Resolução 131, de 19 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Colegiado dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em:
file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_2011.131_-_colegiado_cursos.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2011a)

_____. **Resolução 132, de 19 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em:
file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_2011.132_-_nde.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2011b)

_____. **Resolução nº 33, de 26 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a aprovação do regulamento de estágio curricular dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. Disponível em:
file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2033-2012-%20reg%20est%C3%A1gio%20curricular%20licenciaturas_736755.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2012a)

_____. **Resolução nº 27, de 26 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a aprovação do regulamento das atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em:
file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_resolucao_no._27-2012_-_regulamento_atividades_de_extensao.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2012b)

_____. **Resolução nº 42, de 26 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (NAPNE/IFTM). Disponível em: file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_2012.42_-_napne.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2012c)

_____. **Resolução nº 43, de 26 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (NEABI/IFTM). Disponível em: file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_2012.43_-_neabi.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2012d)

_____. **Resolução nº 39, de 26 de novembro de 2012.** Dispõe sobre o regulamento do programa de ações afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_2012.39_-_acoes_afirmativas.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2012e)

_____. **Resolução nº 49, de 27 de agosto de 2013.** Regulamento do Programa de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_2013.49_-_monitoria.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2013a)

_____. **Resolução nº 52, de 27 de agosto de 2013.** Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico dos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – NAP/IFTM. Disponível em: file:///C:/Users/maria.santos/Downloads/decretos_2013.52_-_nap.pdf Acesso em 25 nov. 2015. (2012b)

_____. **Resolução nº 05, de 27 de março de 2014.** Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/instituto/pdi.pdf> Acesso em 06 out. 2015 (2014a)

_____. **Resolução nº 72, de 01 de dezembro de 2014.** Regulamento da organização Didático-pedagógica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação do IFTM. Disponível em: http://www.iftm.edu.br/proreitorias/conselho_superior/resolucoes/ Acesso em 23 nov. 2015. (2014b)

MORAN, José Manuel. **Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleoad/documentos/moranOsnovos.htm> Acesso em 17 nov. 2015